



Alexandra Micaela Martins Lopes

## DESEMPREGO EM MULHERES DE MEIA-IDADE: SIGNIFICADO E EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra sob orientação do Professor Doutor Joaquim Armando Gomes Alves Ferreira

Janeiro de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



# Desemprego em mulheres de meia-idade: Significado e experiências de transição

Alexandra Micaela Martin Lopes

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências  
Educação da Universidade de Coimbra sob orientação do Professor Doutor  
Joaquim Armando Gomes Alves Ferreira

Janeiro de 2015

Para e pela Beatriz!

## **Agradecimento**

Neste longo trilha há pessoas a quem não posso deixar de agradecer todo o seu apoio e que tornaram esta caminhada possível, porém tenho a consciência que corro o risco de não referenciar todos os que contribuíram, mesmo sem saberem.

Ao Provedor do Estudante da Universidade de Coimbra pelo seu apoio na resolução de confusões.

Ao Professor Doutor Joaquim Armando Gomes Alves Ferreira, orientador, o empenho, pelo apoio, reforço nos momentos mais difíceis e me alargar os horizontes. Obrigada por ter partilhado o seu Saber.

À Professora Cristina Vieira pela ajuda e pela disponibilidade constante.

A todos/as os/as docentes com os/as quais tive a possibilidade de aprender no Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária

O reconhecimento a todas as mulheres que aceitaram fazer parte desta investigação, partilhando as suas transições de vida. Sem Elas nada disto seria possível.

Ao António e à Beatriz, que foram sempre o meu porto seguro.

A todos os que me fazem acreditar que é sempre possível mais um esforço... o meu muito obrigado!

## Resumo

O desemprego afeta cada vez mais pessoas na nossa sociedade, que ainda apresenta aspectos conservadores e tradicionalistas. Deste modo quando o desemprego assola mulheres de determinada faixa etária e de baixas qualificações escolares o espectro de oportunidades a um reingresso ao mercado de trabalho vê-se reduzido e, por isso, verifica-se uma desmotivação e, por vezes, uma desistência perante as adversidades que poderão ser resultantes de inúmeros fatores, nomeadamente, o meio que se encontram inseridas, levando-as a regressar as tarefas que lhes eram, tradicionalmente, atribuídas. Deste modo a presente dissertação pretende refletir e analisar, recorrendo ao paradigma qualitativo, as fases de transição ou de adaptação a novas condições de vida de mulheres que se encontram na situação de desempregadas, pertencendo à faixa etária dos quarenta e cinco aos sessenta e seis anos e que sejam detentoras de baixas qualificações escolares. Para o efeito, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a sete mulheres com as características que se pretendia estudar e que residiam em Vila Nova de Poiares que demonstraram a importância do momento da saída da escola e, conseqüentemente, a entrada no mercado de trabalho. Outro momento marcante para as entrevistadas a vivência da situação de desemprego e as estratégias adotadas durante este.

Esta investigação sugere, através do seu trabalho empírico, que cada mulher desempregada de meia-idade encara a situação de transição entre emprego/desemprego de uma forma distinta influenciada por variáveis de natureza sociodemográfica, como por exemplo a idade, mas também por dimensões psicossociais, nomeadamente a sua integração social e familiar.

Palavras-chave – Desemprego, mulheres, transições, Trabalho, Meia-idade.

## **Abstract**

Unemployment affects more and more people in our society that shows some traditional and conservative bearings. Thus when unemployed plagues on women in a specific age group and with low academics skills she seems the opportunity of reentering the labour market decreased and then is possible to see a lack of motivation and, in some cases, a claim that are the result of several factors including the context and put her back for the tasks that traditionally were given to women. The goal of the present dissertation, using qualitative paradigm, is to look at transition and adjustment to unemployment of women in the forty five to sixty age group with low Levels of education. Semi structured interviews we carried on with seven women living in Vila Nova de Poiaras.

Results show evidence that middle-aged unemployed face the situation of transition between employment / unemployment situation influenced by distinct sociodemographic variables such as age, but also by psychosocial dimensions, including their social and family integration.

Key-words- Unemployed, Women, switch-over, Work, Midley-age

## Índice

Agradecimento.....	i
Resumo .....	i
Abstract.....	ii
Índice .....	iii
Índice de imagens.....	1
Introdução .....	2
Capítulo I .....	5
A mulher e a Sociedade: Sua Relação .....	5
A Questão Identitária .....	11
Capítulo II .....	14
O género: as suas representações sociais e as divisões sexuais no trabalho .....	14
As esferas Pública e a Privada .....	14
A mulher e o Mercado de Trabalho em Portugal .....	15
A Situação de Desemprego no Feminino .....	19
Capítulo III.....	32
O Ser Humano e a sua relação com a Mudança .....	32
Contributos da Teoria das Transições de Vida .....	35
Capítulo IV.....	42
Metodologia.....	42
Capítulo V.....	48
Resultados.....	48
Discussão dos resultados .....	58
Conclusão.....	62
Referências Bibliográficas .....	67
Anexos .....	72

## Índice de imagens

Quadro 1. Percentagem de trabalho feminino .....	18
Figura 1 - Relação entre o Desemprego, Emprego e Inativo .....	28
Figura 2 - . Estrutura de uma transição individual .....	39
Gráfico 1- Taxa de Desemprego por Sexo	29
Gráfico 2 - Contributo para a taxa de variação homóloga de população desempregada no 1º trimestre de 2014	30
Tabela 1-Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho em % do estado inicial	31

## Introdução

O presente trabalho reporta-se a um estudo de investigação realizado no âmbito do Mestrado em Educação, Formação de Adultos e Intervenção comunitária, desenvolvido na Faculdade de Ciências de Educação e Psicologia da Universidade do Coimbra.

O estudo pretende refletir e analisar, recorrendo ao paradigma qualitativo, as fases de transição ou de adaptação a novas condições de vida de mulheres que se encontram na situação de desempregadas, pertencendo à faixa etária dos quarenta e cinco aos sessenta e seis anos.

O final do último século afirmou com grandes metamorfoses na forma como as famílias portuguesas organizam as suas vidas, deixando Com as mulheres a entrarem no mercado de trabalho fizeram com que o modelo familiar de uma sociedade conservadora e tradicional, de um único elemento a trabalhar fora de casa e que predominou durante parte do século XX, tenha perdido expressão. Atualmente, as famílias de duplo-rendimento ultrapassam em número as famílias com um único rendimento e a mulher libertou-se da exclusividade da esfera privada, dos afazeres domésticos e de cuidar de filhos.

Deste modo homens e mulheres lutam com as novas exigências do seu trabalho e da sua família. Assim todas as responsabilidades da esfera laboral, bem como, as tarefas domésticas e cuidado dos filhos demarcam-se da divisão tradicional dos papéis de género, havendo o desempenho de um inúmeros papéis por cada um dos agentes sociais, nunca esquecendo que o papel profissional e o papel familiar são dois dos aspetos mais centrais da vida do indivíduo

A questão do género não é estranha ao cumprimento dos papéis familiares e profissionais. Crenças nas diferenças de género são entranhadas e ajustam os comportamentos dos indivíduos de um modo direto e indiretamente através das expectativas que o Outro possui e que podem penalizar os comportamentos que corrompem as expectativas sociais de género.

Não obstante, os portugueses valorizam de forma clara a vida familiar, manifestando simultaneamente uma orientação para a vida profissional (Torres, 2004), considerando que em Portugal se verifica na pluralidade de formas familiares “*uma combinação de traços de modernidade e tradicionalismo*” (Torres 2004, p. 76). Porém ainda é possível aferir situações em que a mulher, em determinadas situações, é empurrada para a esfera privada para desempenhar o papel de cuidadora.

Com toda a instabilidade existente no mercado de trabalho verifica-se que cada vez mais as mulheres são levadas para a situação de desemprego e assim uma das componentes da sua identidade, o desempenho de papéis profissionais, deixa de existir o que poderá levar a inúmeras implicações em diferentes contextos. Pois é necessário ter em conta que, maioria das famílias portuguesas, o emprego é o principal fator gerador de rendimento, mas também apresenta um cariz social pois a perda do emprego tem repercussões nefastas, quer ao nível do bem-estar e da qualidade de vida do Indivíduo nos contextos social, económico e político na Sociedade. e, como é referido por Savickas, o trabalho tem uma função de ancora social subjetiva, pois promove um estatuto socioeconómico e uma identidade cultural. Deste modo, a situação de desemprego emergiria como uma ameaça à identidade (Santos, Costa, & Loureiro, 1997).

Como estes agentes sociais vivenciam esta situação de desemprego é única e depende de inúmeros fatores, nomeadamente, o meio que as rodeia e todas as suas implicações. Por outro lado a motivação, o comportamento dos indivíduos e as suas decisões pessoais são moldadas de acordo com os valores que defendem, como refere Rapoport & Rapoport, (1980): “*Dadas as novas configurações de valores e estilos de vida, não podemos continuar a assumir que a espiral trabalho – carreira tenha uma posição dominante, enquanto os interesses familiares e de lazer assumem uma posição dependente e residual*” (Rapoport & Rapoport, 1980, p. 324).

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, antecipados da presente introdução.

No primeiro capítulo é realizado uma análise crítica relativamente ao papel da mulher na sociedade. Já o segundo capítulo preocupa-se em refletir sobre a posição da

mulher no mercado de trabalho, desde a sua integração neste até a uma situação de desemprego.

O terceiro capítulo prende-se com considerações teóricas de cariz psicológico e sociológico sobre o significado e experiências de transição na vida de mulheres desempregadas na faixa etária dos quarenta e cinco aos sessenta e seis anos.

No quarto capítulo, foi realizada a exposição sobre as escolhas da metodologia utilizada, mais concretamente a qualitativa e a técnica escolhida, a entrevista semiestruturada. De seguida foi feita a caracterização do trabalho empírico,

No quinto capítulo, apoiado numa análise de conteúdo, foram descritas as categorias presentes no discurso das entrevistadas e foi realizada uma discussão, onde é feita uma análise mais aprofundada de alguns resultados desta investigação com intuito de estabelecer um diálogo entre aspetos presentes na componente teórica e o trabalho empírico,

Por fim, na conclusão, foram apontadas as principais ideias retiradas dos resultados da investigação, realizada uma reflexão sobre as limitações metodológicas do estudo, feitas sugestões para futuros trabalhos a realizar no domínio, e tecidas considerações finais relativamente à temática em causa.

## Capítulo I

### A mulher e a Sociedade

Ao longo dos tempos a mulher tem ocupado diferentes papéis na sociedade.

Segundo Condorcet nos finais do século XVIII, durante a Revolução Francesa, a condição da mulher na sociedade era comparada à de escravo. Deste modo o autor criticava duramente a posição ocupada socialmente pela mulher, considerando-a “ uma história de subordinação” (Bessa, 2002, p. 136)

No século XIX a luta pela igualdade das mulheres fez nascer, na Europa Ocidental e Estados Unidos da América, o movimento feminista. O movimento feminista é um movimento social que procura, através das diversas formulações ideológicas que assumiu ao longo do tempo, tentar alcançar a igualdade de direitos para a mulher e conquistar um estatuto igual ao masculino no campo político, social e económico, ou seja, a liberdade para a mulher poder decidir sobre os seus padrões de vida e sobre as escolhas profissionais (Lemos 2009, p. 14). Este movimento obtém carácter reivindicatório por ocasião das grandes revoluções. As conquistas da Revolução Francesa, que tinha como lema igualdade, liberdade e fraternidade, são reclamadas pelas feministas porque elas acreditavam que os direitos sociais e políticos adquiridos a partir das revoluções deveriam se estender à mulher, enquanto cidadã. Apesar das dificuldades surgidas brotaram conquistas, muito por consequência da participação da mulher nessa revolução, nomeadamente a possibilidade o divórcio. Porém uma das grandes conquistas do feminismo, na era pós-revolução Industrial, foi o direito ao voto da mulher. O sufrágio feminino argumentava que, apesar das mulheres, do final daquele século, serem consideradas capazes de assumir postos de importância na sociedade como, por exemplo, o corpo diretivo das escolas e o trabalho de educadoras em geral, mas serem vistas com desconfiança como possíveis eleitoras. Apesar do seu sucesso, através da luta, a “*mulher via serem negados muitos dos seus direitos cívicos*” (Bessa, 2002, p. 137).

Um dos momentos mais marcantes do século XX foi a transformação na situação social das mulheres e nas relações sociais entre os dois sexos. Em pouco mais

de meio século, no mundo ocidental e principalmente nos países industrializados as mulheres foram reconhecidas enquanto Ser Social em todos os níveis, desde a educação à atividade profissional e, de uma forma mais ténue, na participação política e na partilha de poder económico e político. Segundo Bessa,

*“Nas sociedades ricas (...) caminha-se para a atomização social, da criação da sociedade polifacetada, internacionalista e sem identidade, porque cheia de identidades, e todos os sociólogos estão curiosos por descobrir onde vai desaguar este rio. Nas sociedades pobres ou submetidas a regras religiosas ou políticas opressivas não é de prever que as mulheres comuns venham a ter uma liberdade de vida semelhante à do homem (...)”* (Bessa, 2002, p. 153).

O Estado moderno, tendo os alicerces assentes numa conceção masculina, demonstrava fortes traços de discriminação entre homem e mulher, assentes na divisão sexual de papéis sociais.

Claude Lévi-Strauss, com o seu estudo realizado sobre as sociedades primitivas, conclui que a sociedade sempre foi dominada pelos homens, pois (cit. por Simone de Beauvoir, 1976, p. 122): *“A autoridade pública ou simplesmente social pertence sempre aos homens”*. Outros investigadores da área da antropologia trabalharam a questão do género e atestam que *“embora a maioria provavelmente acredite que alguns aspectos da dominação masculina e a desvalorização da mulher são universais, a natureza da desigualdade de género e a forma como o género é definido podem variar de uma sociedade para outra”* (Stockard & Johnson, 1992, p. 89). Porém, na maior parte dos estudos antropológicos mais recentes, verifica-se que *“o simbolismo do género está na base de todas as culturas e todas as sociedades diferenciam as actividades que são impugnadas aos homens e às mulheres”* (Stockard & Johnson, 1992, p. 105), e que em todas as sociedades não se encontra nenhum sistema de estratificação dos papéis sociais onde se favoreça a mulher, apesar de haver sistemas mais favorecedores à existência da igualdade (Chafetz, 1984), apesar da existência de algumas evidências nunca terem sido efetivamente documentadas do ponto de vista empírico, de *“época dourada, há muito*

*perdida, do matriarcado*”, (Chafetz, 1992, p. 15). Por outro lado a dominação masculina, isto é, as “*crenças e aos significados culturais que concedem maior valor e prestígio à masculinidade em detrimento da feminilidade*” (Stockard & Johnson, 1992, p. 4) vindo a ser muito documentada e é identificada no nosso sistema de símbolos culturais, nas interações informais do dia-a-dia e nas instituições sociais e seus papéis.

Numa mesma sociedade as atividades para o homem e para a mulher tenderam a ser separadas. Em geral, “*os papéis domésticos para as mulheres e os papéis públicos para os homens são enfatizados em todas as sociedades*” (Stockard & Johnson, 1992, p. 245).

Foi na Revolução Industrial que se verifica grandes lutas para a igualdade de oportunidade na esfera laboral através do assalariamento em larga escala da mão-de-obra feminina que devido à necessidade de apoiar financeiramente a subsistência e de sustento dos seus filhos, tiveram que sair da esfera privada (do lar) e desempenharem funções que até esse momento eram do domínio do homem. Esta revolução, marcada pela transição de processos de produção com recursos artesanais para a produção com a utilização de máquinas, levou a mulher para dentro de fábricas. O sexo feminino era, muitas das vezes, bem aceite pelos empresários pois aceitavam baixos salários, apesar de fazerem o mesmo trabalho que o sexo masculino. Da mesma maneira a mulher sujeitava-se a longas jornadas laborais e a trabalhar em locais que tinham condições prejudiciais e, muitas das vezes, a cumprir obrigações que iam além das que lhes eram possíveis, só para não perder o emprego. Apesar de tudo a mulher mantinha todas as suas responsabilidades na esfera privada, cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos, não havendo quaisquer direitos de gestação ou parentalidade.

Assim acentua-se que a Revolução Industrial contribuiu para uma alteração de aspetos de a ordem económica, política, cultural e social a nível mundial, acarretando implicações no modo de vida da Humanidade. Foi a partir deste facto histórico, e com o surgimento das fábricas, que foram estabelecidas novas relações produtivas e que a mulher passou a desempenhar o que podemos chamar de tripla jornada, que era constituído pelo seu contributo trabalho extra domicílio, o cuidado com os filhos e as tarefas do lar. Deste modo podemos afirmar que o sexo feminino, apesar de tudo, passou a desempenhar funções na esfera pública e na esfera privada.

A teoria marxista, através de Engels<sup>1</sup>, também salientou que a divisão sexual do trabalho onde se denota a separação da atividade doméstica da atividade de produção é fruto de uma estrutura familiar de cariz capitalista que coloca a mulher numa condição de proletariado ao nível da esfera familiar. Deste modo concluiu-se que para que possa ser possível a reversão da condição da mulher é fundamental a sua entrada no mundo do trabalho. Durkheim, em seus argumentos, destaca a relevância social da divisão do trabalho na construção moral da sociedade e considera, entre outros exemplos, a “sociedade conjugal”. Nela, compreende o autor, a mulher tem papel fundamental.

A entrada da mulher no mercado de trabalho no geral, e mais concretamente na indústria, salientou a importância da educação e qualificação profissional e que, mais tarde, levou a sua participação em intervenções no âmbito da esfera política e nas lutas sindicais.

O questionamento da atribuição de funções no mercado de trabalho baseado na no binómio homem/mulher apenas foi realizado nos últimos anos do século XX. A definição e a repartição das tarefas, do ofício, e, mais recentemente, das profissões, realizadas a partir de uma oposição binária entre domínio masculino e feminino, constituem um traço constante das sociedades que se viu questionado somente nos últimos vinte anos, e até então toda a pesquisa histórica e sociológica tomava essa oposição como algo natural, funcionando assim como ponto de partida, não sendo feito qualquer paralelismo entre o trabalho da mulher e do homem. (Cacouault & Fournier, 1998). Na maioria dos sistemas de cariz pós-moderno e pós-estruturalista da estrutura do Estado é defendido que a desconstrução dos binómios Estado/sociedade, poder político/social, bem como homem/mulher é fundamental uma metamorfose de todos os discursos e conceções que os envolve pois nenhuma realidade que pretenda ser igualitária pode ser assentar em discursos em que se verifique a dominação estatal e a dominação masculina, mas sim “*estar sujeitos, isso sim, a novas (re)institucionalizações de sentido susceptíveis de desconstruir os valores supostamente universais da política estatal moderna*” (Rocha, 2007).

---

<sup>1</sup> Engles, em 1884, publicou a sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” onde retrata a formação da sociedade moderna com os alicerces na propriedade privada, bem como no poder do Estado, no comércio e na produção. Deste modo elenca uma conceção materialista da produção da vida humana, onde o fator decisivo da história é o progresso social.

Todavia todos os avanços realizados pela mulher nas diversas esferas têm que ser analisados de modo cauteloso pois “*a luta da mulher por seu espaço continua e, como é próprio das batalhas acirradas, os conflitos delas originados fazem surgir medos, angústias, receios e ansiedades*” (Carvalho, Carvalho, & Santos, 2002, p. 1)

Outro momento fulcral da presença da mulher no mercado de trabalho foi a I e II Guerra Mundial (1914 – 1918 e 1939 – 1945) que fez com que estas mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho devido ao facto dos homens irem para as respetivas guerras. Assim afirma-se que as Grandes Guerras contribuíram significativamente para a mudança do papel das mulheres, ao exigir a sua participação em diversos sectores de atividade económica, libertando da exclusividade da atividade fabril ganha na Revolução Industrial, onde se integravam os trabalhos mais pesados. Deste modo o sexo feminino começou a evidenciar não só nas fábricas mas em inúmeras atividades que eram, tradicionalmente, desempenhadas por homens nomeadamente na distribuição de correio, condução de transportes coletivos, entre outras. Porém a mulher também desempenhou funções de apoio direto nas Grandes Guerras enquanto enfermeiras em hospitais de guerra, bem como em outras atividades relacionadas com cuidados de saúde.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial a participação feminina abalara definitivamente a sociedade, verificando-se uma metamorfose nos costumes. Algumas mulheres mantiveram-se no mercado de trabalho, sendo muito menor agora o número de mulheres dedicadas apenas ao serviço doméstico e ao cuidado dos filhos. Porém a segregação no mercado de trabalho não desapareceu pois a mulher continuava a ocupar “categorias inferiores”, deste modo pode-se afirmar que houve uma redefinição da divisão de trabalho entre homens e mulheres.

Em Portugal a entrada da mulher na esfera pública (laboral) teve origem em dois fatores fundamentais, que levaram a um crescimento da taxa de atividade feminina nos diversos sectores de atividades e profissões: na emigração massiva que ocorreu durante as décadas de 60 e 70 do século XX para os países da Europa. Por outro lado o facto da

guerra colonial originar a escassez de mão-de-obra masculina e que fez com que a mulher ocupasse postos de trabalho que inicialmente eram desempenhados em exclusivo por indivíduos de sexo masculino. Porém apesar da sua “aceitação” no mercado de trabalho a mulher verificou que era alvo de discriminação enquanto trabalhadora e cidadã o que levou-a a manifestar-se na defesa dos seus direitos. As primeiras lutas tiveram como pretensão a obtenção dos mesmos direitos que os homens tinham no mundo do trabalho, no acesso à educação e na participação nas estruturas de poder político. Só mais tarde se dedicaram a outros domínios tais como, a sexualidade, a igualdade de oportunidades e mais recentemente, o reconhecimento do direito à diferença. Contudo, para Silva

*“não obstante estes progressos inquestionáveis, subsistem, nas práticas sociais correntes, ainda, grandes áreas de discriminação que importa não silenciar ou subestimar. Estas decorrem, fundamentalmente, da tirania dos preconceitos que continuam a pesar negativamente sobre as mulheres e do próprio modo (masculino) como a actividade humana e as relações sociais estão organizadas, o qual constitui só por si uma espécie de crivo “natural” excluyente para as mulheres. Esta última situação é particularmente notória no domínio das estruturas de poder político, onde a participação feminina continua a ser incrivelmente reduzida”* (Silva, 2002, p. 18).

Apesar de ser possível verificar o sucesso da mulher na entrada do mercado de trabalho constata-se que esta também é portadora de uma maior taxa de desemprego, comparativamente ao homem, podendo, assim, retiráramos algumas ilações relativamente a uma situação de desigualdade social no que respeita às diferenças de género<sup>2</sup>, que serão apresentadas mais à frente.

---

<sup>2</sup> O conceito de género é um constructo social (não de carácter biológico) que remete para as diferenças existentes entre o homem e a mulher e que é produto de um processo de socialização. Deste modo, descreve assim o conjunto de qualidades e de comportamentos que as sociedades esperam do homem e da mulher, formando a sua identidade social.

Atualmente verifica-se que na perspectiva dos empregadores e gestores de empresas, as mulheres são relacionadas a um acréscimo de custos relacionados com o absentismo e o abandono do posto de trabalho (*turnover*). Esta situação, dada a tendência para a descontinuidade dos vínculos laborais, leva a que os empregadores receiem não vir a beneficiar dos retornos do investimento inerente aos processos de contratação e de qualificação de mão-de-obra feminina e, por isso preferam recrutar homens.

## A Questão Identitária

Segundo Castells (1999) a identidade é o “*processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado*” (Castells 1999, p. 21). O autor acrescenta, ainda, que para um mesmo indivíduo pode haver identidades múltiplas, sendo esse facto uma fonte de tensão e contradição muitas vezes explicada pela quantidade de papéis desempenhados por um só agente social.

A identidade de um indivíduo é construída a partir de inúmeros aspetos da vida, nomeadamente, a memória coletiva, história, geografia, que têm um significado reorganizado de acordo com o contexto sociocultural em que se encontra inserido. Porém a construção da identidade como processo social constitui uma discussão basilar no pensamento crítico contemporâneo, distinguindo-se um elevado número de conceitos intrínsecos à teoria da identidade (autoconceito, categorização, protótipos, estereótipos, representação social, entre outros). Deste modo é necessário refletir que a identidade, enquanto característica que permite distinguir um indivíduo do Outro, inclui uma dualidade: a identidade pessoal (ou a identidade para si) e a identidade para o Outro. Esta dualidade não pode ser quebrada, uma vez que a identidade pessoal tem de ser reconhecida e confirmada pelo Outro. Por outro lado, este processo manifesta-se como complexo e dinâmico, na medida em a qualquer altura se pode declinar uma identidade

e se definir de outra forma e, sendo um processo construído socialmente, muda de acordo com as mutações sociais dos grupos de referência e de pertença a que estamos ligados, conforme estes alteram as suas expectativas, valores influentes e configurações identitárias.

Numa sociedade moderna a identidade de um indivíduo encontra-se interlaçada com o trabalho pois, muitas das vezes, o homem identifica-se com o que faz sendo incontestável que o trabalho ocupa um lugar central na vida de quem o realiza, pelas inúmeras razões, nomeadamente por ser um meio de sobrevivência, seja pelo tempo da vida a ele dedicado seja pelo facto de ser um meio de realização não apenas profissional, mas também pessoal, o trabalho é um dos principais instrumentos através do qual o homem dialoga com a sociedade em que se encontra inserido bem como o seu tempo.

Castells refere que a mulher construía a sua identidade como identidade de resistência e passaram a construir hoje como projeto na tentativa de legitimar as mudanças sociais ocasionadas pela sua entrada no mercado de trabalho (Castells 1999).

Por outro lado, e tendo como base os suas investigações, Salem (1980) depara com semelhanças na definição do papel feminino pelas mulheres de classe alta, média e baixa. Segundo a investigadora, esta concordância tem como base a importância do papel doméstico da mulher, seja qual for sua classe social, "*de tal forma que, mesmo quando desempenhando atividades extradomésticas, a mulher tende a persistir, localizando neste núcleo sua identidade principal*" (Salem, 1980, p. 15).

Segundo estudos de Raiser, em Brasília com pessoas de ambos os sexos a respeito dos estereótipos sexuais, a mulher foi definida, tendo em conta quatro dimensões: a casa, o marido, os filhos e o corpo, sendo a execução das tarefas domésticas a característica mais atribuída, independente do sexo e da idade. É importante salientar que muitas das vezes o trabalho fora de casa é encarado como uma extensão das tarefas diárias, já que, este o é comparável ao desempenhado na esfera doméstica. Segundo a autora as dimensões de marido e filhos revelam a submissão e a responsabilidade pela procriação e cuidado com os descendentes. A dimensão corpo, envolve os aspetos eróticos da nudez feminina. Por outro lado aos homens foram

imputados estereótipos ligados a três dimensões: trabalho, poder e liberdade. Este gênero tinha a obrigação de sustentar a família, era a figura de autoridade no lar, e a poder de fazer o que quisesse, inclusive abandonar a mulher e os filhos. A autora conclui que "*a mulher é definida em função do homem e das dimensões que se originam no seu relacionamento com ele, ou seja, a casa, filhos e corpo*" (Raiser, 1985, p. 71).

Deste modo torna-se possível afirmar que a identidade da mulher adulta constrói-se na relação familiar com os outros (principalmente o marido e os filhos) e nesse contexto da esfera privada que é a casa (Ferreira, 1985). Assim, o ser esposa e depois tornar-se mãe é transitar e completar os estágios de uma carreira familiar prevista pela sociedade, e que permite, dentro do contexto social a que pertencem, adquirir uma posição, que consideram, de "superioridade" em relação às aquelas mulheres que o não fizeram.

Amâncio expõe uma visão próxima, salientando o quanto a identidade feminina, interiorizada pelas mulheres ao longo da sua existência, compõe o seu comportamento relativamente aos valores dominantes nas organizações e no mundo do trabalho (Amâncio, 2002).

Verifica-se que muitas das vezes, na tentativa de assegurar a coerência da sua identidade, as mulheres limitam as suas aspirações na esfera profissional. É também necessário ter em conta que as orientações em relação ao trabalho remunerado não são imutáveis e estáticas ao longo do ciclo de vida da mulher ou do homem (Crompton & Harris, 1998).

## Capítulo II

### O gênero: as suas representações sociais e as divisões sexuais no trabalho

#### As esferas Pública e a Privada

As diferenças que encontramos nas diferentes representações sociais dos diferentes gêneros e, por consequência, a criação de Estereótipos de gênero<sup>3</sup> são um reflexo da distinção entre a esfera pública e privada que, de um modo tradicional representavam de um modo claro e distinto de cada um dos sexos.

A emancipação da mulher, enquanto sujeito coletivo, verifica-se com a sua saída do espaço doméstico e privada em que se encontrava confinada e a sua entrada, de um modo no mundo público do trabalho que, até lá, era exclusivamente masculino. Numa pequena análise é verificado que as primeiras atividades da mulher no mundo do trabalho eram de “*manutenção e desenvolvimento de núcleos familiares e das comunidades respectivas*” (Ballarin, Birriel, Martinez, & Ortiz, 2005, p. 14). Deste modo foi relevante o contributo da mulher no sustento da sua família que marcou profundamente os padrões culturais e identitários de um determinado grupo. Todavia estes valores eram transmitidos na esfera privada o que fez que este trabalho fosse desvalorizado socialmente.

Assim tradicionalmente o papel da mulher era cuidar dos outros, estando aprisionada no espaço doméstico em que o seu dever era desempenhar todas as tarefas, fossem elas de cariz afetivo e/ou material, para proporcionar o bem-estar de todos os membros da família. Por outro lado ao homem era atribuída a responsabilidade de adquirir os recursos necessários para a sustento do agregado familiar. Deste modo observa-se a estrutura de um sistema regulador e limitante para a mulher pois a esfera

---

<sup>3</sup> Os estereótipos de gênero são todas as representações generalizadas e socialmente valorizadas acerca do que as mulheres e os homens devem ser e fazer num determinado contexto (Canço, 2007, p. 182).

privada e todas as tarefas necessárias para a sua manutenção não eram reconhecidas como trabalho e como defendem Jeff Hearn e David Collinson (2006) toda a caracterização do trabalho é “genderizado” e terreno de contestação entre homens e mulheres ou dentro das categorias sociais de homem e de mulher (Santos, 2010).

Ano após ano tem-se assistido a transformações do papel da mulher na sociedade. Como refere Rapoport e Rapoport, a mulher sentiu a necessidade de atingir a sua autonomia emocional e tornar-se autossuficiente, alcançando a sua independência financeira (Rapoport & Rapoport, 1980).

## **A mulher e o Mercado de Trabalho em Portugal**

Em Portugal, a presença da mulher na esfera laboral tornou-se visível a partir dos anos 60, após a queda do Estado Novo que dificultava a integração das mulheres na vida política, económica e social, e com a mudança ideológica, sublinhada por Silva (2002, p. 17. Esta mudança é marcada por dois acontecimentos históricos que foram o surto emigratório entre 1960/1973 e a guerra colonial, e os acontecimentos daí resultantes (êxodo rural e mobilização militar). Assim, devido à falta de mão-de-obra masculina, tornou-se como algo obrigatório a aceitação da mulher trabalhadora fora do domínio privado por necessidade social mas também um recurso familiar para contribuir economicamente no sustento.

Em 1971, segundo Monteiro, o trabalho feminino, que apenas representava uma pequena percentagem na sociedade economicamente ativa, era encontrado nos “*setores tradicionais da indústria, nomeadamente têxteis, vestuário, calçado e alimentação e com fraca inovação tecnológica, sendo assim classificado de não qualificado*”. (Monteiro 2010, p. 34). A presença da mulher no sector terciário, em crescimento, era visível nos serviços de apoio doméstico, na educação e saúde – ocupações “bem vistas” socialmente para as mulheres pois eram consideradas como “extensões naturais” das suas ocupações domésticas pois, como refere Maria do Carmo Nunes, os ramos mais

bem pagos, mais dinâmicos e com maior prestígio social abriam-se mais francamente aos jovens do sexo masculino (Perista & Lopes, 2010).

Após o 25 de Abril de 1974 a mulher alcançou direitos em diversas áreas o que levou a um delinear do seu estatuto político, económico e social enquanto cidadã. Inúmeros acontecimentos, nomeadamente o fim da guerra colonial e o reforço da oferta de trabalho do homem, as pressões sobre o mercado de trabalho foram penalizadoras para a mulher pois os sectores de maior taxa de empregabilidade feminina foram os mais afetados pela crise e também eram as que tinham uma menor antiguidade e experiência, comparativamente ao homem, em setores menos afetados.

A metamorfose que ocorreu no papel económico da mulher portuguesa, com a contribuição financeira para o aumento do rendimento da família, reforçou a visibilidade do seu contributo para o bem-estar material dos seus membros, o que exponenciou a sua capacidade negocial no âmbito familiar. De igual modo verificou-se alterações nas relações intrafamiliares e do modo como as famílias se relacionam com as outras instituições (Mercado, Estado e Sociedade). Deste modo é fundamental, para uma compreensão total da sociedade portuguesa atual, apreender todos os efeitos adjacentes de esta “*verdadeira revolução silenciosa*”.

Atualmente verifica-se uma feminização dos sistemas de ensino, formação e emprego porém ainda persistem diversas modalidades de segregação e de discriminação relativamente a este género. Os fenómenos que permitiram a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho e o rápido crescimento do emprego no sector dos serviços foram apontados como os que mais pesaram nas recomposições sociais verificadas ao longo das últimas décadas em Portugal. Estas metamorfoses têm concorrido devido a diversos fatores, nomeadamente, o esbatimento ou mesmo extinção das diferenças de investimento em capital humano desde sempre registadas entre mão-de-obra feminina e masculina, bem como com o reforço da presença feminina em todos os níveis do ensino e da formação profissional, em alguns casos sobrepondo-se mesmo à masculina. Por outro lado, o aumento da vida ativa das mulheres e a passagem para um modelo de atividade mais contínuo, com menos interrupções por motivos familiares, em parte devido à forte adesão das mulheres com filhos pequenos à atividades económica e à extraordinária diminuição da fecundidade.

É importante ressaltar que apesar da participação feminina no mercado de trabalho, bem como a sua presença no ensino superior, não se verifica uma igual correspondência ao nível da estrutura de emprego, pois permanecem traços evidentes de segregação sexual como, por exemplo, “*com uma menor presença de mulheres ao nível dos quadros superiores da administração pública e dos dirigentes e quadros superiores de empresa – em 2006, as mulheres constituíam apenas 32,8% desta categoria profissional*” (Santos, 2010, p. 99). Esta situação poderá ser explicada pela tardia emancipação da mulher que só passou a ser debatida em Portugal, a partir de Abril de 1974, e que anteriormente se encontrava enclausurada no domínio privado e, muitas vezes, privada de ensino básico, sendo analfabeta (Santos, 2010).

Pinto, através de um seu estudo realizado em 2004, concluiu que o homem, por trabalhar mais horas no seu emprego, via a sua esfera privada a ser mais influenciada pela sua esfera laboral comparativamente à mulher. De igual modo verificou que o sexo masculino investia na sua carreira profissional de um modo mais intenso no início de uma vida familiar e que, ao contrário, a mulher, devido a ser um período que coincidia com a existência de crianças pequenas, registava uma maior interferência da família no trabalho. A investigadora verificou que a mulher, para colmatar as necessidades do seu núcleo familiar, delineava duas estratégias principais para uma possível conciliação entre a esfera laboral e a esfera familiar: a primeira baseava-se pela interrupção da sua atividade laboral enquanto as crianças fossem pequenas; e a segunda aludia ao recurso às infraestruturas disponíveis (infantários), à solidariedade familiar e/ou à contratação de uma empregada doméstica para a realização do trabalho doméstico.

Por outro lado, Pinto reforçava tendência para a concentração da mulher em ocupações “tradicionalmente femininas”, não só caracterizadas, como vimos, por maiores graus de precariedade<sup>4</sup> que, na sua maioria sem assinatura de um contrato de trabalho, não atribui ao trabalhador qualquer apoio ao trabalhador e contribui para o aumento verificado na taxa de desemprego nacional.

Segundo dados apresentados pelo I.N.E (Instituto Nacional de Estatística), relativamente ao primeiro trimestre de 2013, é possível aferir que as mulheres

---

<sup>4</sup> É importante salientar que é difícil analisar *precariedade/trabalho precário* através das estatísticas oficiais, em Portugal pois “precariedade ilegal” e o “falso trabalho independente” bem como o denominado “trabalho ao negro”, têm um peso muito elevado no mercado laboral português.

predominam nos outros serviços nas atividades de saúde humana e apoio social, na educação e no setor do alojamento, restauração e similares. Em contrapartida, entre as atividades mais masculinizadas, estão a construção, a indústria extrativa, a eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e a captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição.

As mulheres portuguesas estão largamente inseridas no mercado de trabalho. A taxa de atividade feminina (idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos) não tem cessado de crescer nas últimas décadas, de acordo com o Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (dados atualizados em abril de 2014). Como é possível verificar no quadro 1, Portugal apresenta uma taxa de atividade feminina superior à da média da UE 28.

**Quadro 1. Percentagem de trabalho feminino**

GEO/TIME	2011	2012	2013
European Union (28 countries)	58,3	58,5	58,7
European Union (27 countries)	58,4	58,6	58,8
Portugal	60,4	58,7	58,2

Fonte Eurostat

Nos anos setenta, tendo em conta a existência de atos discriminação e segregação perante a mulher, foram tomadas medidas que tiveram um impacto direto no aumento da empregabilidade feminina como por exemplo, a fixação do salário mínimo, do subsídio de desemprego e da licença de maternidade de 90 dias, sem perda de remuneração, e outros direitos na gravidez, nomeadamente a ida a consultas sem perda de regalias e/ou remuneração, na maternidade e na assistência à família designadamente, faltas até 30 dias por ano para prestação de assistência em caso de doença das crianças, ou mesmo dois anos de licença especial sem direito a vencimento.

Porém a violação destes direitos e discriminação da mulher no local de trabalho mantiveram-se ainda hoje pois matéria de igualdade de homens e mulheres, é comum ouvir-se dizer que, “em Portugal, a lei é boa e até muito avançada, o problema é que

*não é cumprida; talvez porque a igualdade de homens e mulheres não se faz por decreto*” (Rêgo, 2010, p. 58). Deste modo verificamos que o fenómeno denominado por “teto de vidro”<sup>5</sup> ainda sobrevive às mudanças sociais e culturais.

Uma outra temática que merece uma reflexão é a articulação entre trabalho remunerado e não-remunerado das mulheres em Portugal. Porém, antes de olhar para o presente deste paradoxo, é necessário ter a consciência que, no caso português, é essencial ter em conta que durante muito tempo a sociedade portuguesa foi regulada por uma ordem jurídica que fazia do trabalho doméstico uma obrigação legal das mulheres, presente em todas as áreas geográficas e quadrantes sociais. Segundo Perista (2002) demonstra que o trabalho doméstico permanece central na estruturação do quotidiano das mulheres, mesmo para aquelas integradas no mercado de trabalho (Santos, 2010, p. 115).

## **A situação de desemprego no feminino**

O desemprego não pode ser visto como uma simples condição económica ou uma privação de emprego, e que ele implica um reconhecimento social, a atribuição desses traços a alguns indivíduos, a construção social de uma legitimidade para reivindicar um emprego, a definição de uma rede de direitos e obrigações recíprocas socialmente regradas. De certa forma, podemos considerar que o desemprego é um constructo social, uma categoria elaborada. Porém é necessário ter a consciência que a análise das reações individuais e subjetivas a essa condição socialmente definida não irá permitir a realização da categorização social pois a sociedade conhece que os desempregados<sup>6</sup> são produzidos pelo desemprego, pela condição de desocupação

---

<sup>5</sup> O “teto de vidro” é definido na literatura referente à segregação no mundo do trabalho” é definida como uma barreira subtil e “invisível” mas, no entanto, muito forte que impede as mulheres de ascenderem às posições de topo e de maior responsabilidade da organização pelo simples facto de serem mulheres (Santos, 2010, p.100)

<sup>6</sup> O desempregado é definido por” indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (no

profissional, validada por um registro administrativo. Deste modo a categorização dos desempregados, e não do estado que caracteriza o indivíduo que se encontra desempregado, é muito mais do que um estatuto mas sim parte integrante de definição das identidades Poderemos aferir que, entre outros, os desempregados são um grupo com uma grande vulnerabilidade à situação exclusão social, tendo alguns problemas para a inserção social e profissional. A sua posição relativamente ao mercado de trabalho é determinante pois ter um emprego permite a obtenção de recursos financeiros para satisfazer as necessidades do seu agregado familiar mas, também, um elemento fundamental na constituição da sua identidade social<sup>7</sup>, nas suas “redes de conhecimentos” bem como no sentimento de pertença à comunidade em que se encontra inserido.

Assim, para alguns investigadores, é possível defender que a situação de desempregado poderá provocar uma desordenação nos ritmos sociais e das referências temporais pois estes terão um sentimento de desorientação e de perdas, não sabendo o que fazer. Os homens, mais que as mulheres pois o trabalho doméstico preenche uma parte da jornada, têm as suas atividades coletivas diminuídas, quer se trate da participação em organizações políticas ou militantes, dos lazeres, bem como as frequência aos cafés e outros lugares de encontro (Eisenberg & Lazarsfeld, 1938 in Demazière, 2008). Segundo esta perspectiva o desemprego leva ao fechamento em si mesmo, à perda do espírito de iniciativa, ao abandono ao apoio dado ao Outro, isto é, poderá levar a apatia (Demazière, 2008).

Apesar das razões já referidas muitos desempregados não conseguem erigir um(ns) projeto (s) de vida e, conseqüentemente, de não constituir um estatuto e uma identidade social, mantendo uma imagem positiva de si própria, alargando sua rede de conhecimentos e , conservar uma relação com instituição e outros serviços bem como adquirir direitos à saúde e a proteção social, mantendo-se, assim, à margem dos seus direitos de cidadania.

---

período de referência ou nas três semanas anteriores);estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não” (INE, 2014, p.33).

<sup>7</sup> A identidade social representará um “*sistema de ideias, de sentimentos, de hábitos que nos permitem exprimir não a nossa personalidade mas o grupo ou os grupos de que fazemos parte*” (Campeau, Sirois, Rheault, & Dufort, 1998, p. 93) sendo mesmo a expressão “*de alguma forma da nossa cultura*” (Campeau, Sirois, Rheault, & Dufort, 1998, p. 93).

Deste modo, a participação ou não na esfera económica pode ser interligada a um vasto conjunto de outros domínios da vida em sociedade e que poderá conduzir à exclusão social de um indivíduo desempregado, com maior ocorrência em desempregados de longa duração.

O desemprego de longa duração (DLD) atinge todo o mundo ocidental e Portugal não é exceção. Experiência estigmatizante, o desemprego de longa duração anda associado a uma *“identidade socialmente negativa”*, *“ele não é em caso algum fonte de identidade”* (Pignoni, 1992, p. 296). Nos anos de 1990 estes termos os efeitos do desemprego são utilizados na identificação das consequências do desemprego de longa duração, sendo anunciada como *“uma experiência monolítica que imprime sua marca sobre as pessoas e que impede toda possibilidade de interpretação (de re- ou de contra- interpretação) da situação”* (Pignoni, 1992, p.296). Em Portugal um desempregado de longa duração é todo o indivíduo desempregado à procura de emprego há doze ou mais meses, tornando-se uma categoria sociologicamente pertinente pois apresenta, de um modo mais realista e exato, a experiência do desemprego. Porém o DLD não deverá ser visto como apenas uma questão de temporalidade (doze ou mais meses de falta de trabalho), mas sim uma condição subjetiva que apresenta um sentido homogéneo pois o prolongamento temporal do desemprego ira despoletar uma uniformização de sentimentos à experiência da privação de emprego. O indivíduo que se encontra desempregado poderá, desta forma, sentir-se como um *“incómodo social”* pois sentir-se-á como um desocupado sendo visto por alguns como um *“subsídio-dependente”*, um preguiçoso. Ele próprio poderá se sentir como culpado da situação que se encontra a experienciar. O sentimento vivido por este agente, que poderá ser de humilhação ou mesmo de exclusão social, *“típico”* das situações de desemprego, é de intensidade variável, (Ledrut,1961). Deste modo se deverá libertar o desemprego de uma simples privação de emprego ou a uma *“inferioridade económica”*, mas enfatizar a definição sociológica que o relaciona comum sentimento de *“inferioridade social”*, ligada à desvalorização da posição de desempregado e à *“impotência social”* dos próprios desempregados, que sentido a humilhação, poderão ser reduzidos à paralisia coletiva devido ao seu isolamento. (Ledrut,1961, p. 37).

No mundo ocidental a importância atribuída ao trabalho, que constitui parte fulcral da identidade do indivíduo bem como elemento facilitador de pertença a uma

sociedade, contribui, entre outros fatores, para a fragilidade daqueles que vivem a situação de desemprego. Castel e Haroche (2001) ao depararem que o que se encontra muitas vezes em causa é o facto de a referida fragilidade também é relacionada com a maior ou menor possibilidade de cada um conseguir ao longo da vida uma independência económica que lhes permitam viver o presente e planear o futuro trabalham a noção de “suportes” e da diferença que os autores estabelecem entre dois tipos de indivíduos: o “*indivíduo por defeito*” – sem trabalho, sem proteção e sem bens –; e a “*forma positiva de se ser um indivíduo*” – “*existir positivamente como indivíduo é ter a capacidade de desenvolver estratégias pessoais, dispor de uma certa liberdade de escolha nas condutas da sua vida porque não estamos na dependência do outro*” (Castel & Haroche, 2001, p. 48). Assim, o modo que cada indivíduo vive e/ou reage à situação de desemprego varia com a sua situação económica, a idade, a existência ou não de subsídio de desemprego, a existência, ou não, de redes de apoio, os interesses, entre outros fatores.

A situação económica dos indivíduos desempregados e, conseqüentemente, a sua dependência económica, seja ela parcial ou total, com o restante agregado familiar representa um fator identitário da posição subordinada das mulheres, impedindo-as de aceder ao pleno exercício da cidadania (Lister, 1990), pois, segundo Lister, a dependência da mulher perante homem para a satisfação de necessidades materiais representa uma relação de poder “*when married or cohabiting women do not have a wage or other source of personal income in their own right, their male partners have enormous power (potentially realised) over the resources at these women’s disposal*” (Lister, 1990, p.450). Esta dependência económica irá levar, segundo o autor, a que a mulher se encontre limitada no exercício dos seus direitos, isto é da sua vida em pleno, pois um sentimento de restrição pois sentem uma obrigação em declarar em que gastam o dinheiro ao Outro e receberem orientações sobre o gasto do mesmo (Lister, 1990, p. 451).

Porém, como é referido por Dale, Ward e Joshi a dependência da mulher em relação ao homem, enquanto casal, apesar de não se confinar à questão económica mas é basilar devido às suas inúmeras implicações: “*Since economic resources carry more value, more prestige and more marketability than domestic work, income dependency*

*tends to be associated with powerlessness and inequality in other spheres”* (Dale, Ward, & Joshi, 1993, p. 2).

Segundo Bertaux, existe uma forte relação entre a origem social e a trajetória pessoal e social (Bertaux 1978), que é designada por reprodução social que poderá definida por “*transmissão de normas e valores culturais de geração em geração*” (Giddens, 2002). Esta reprodução é influenciada por inúmeros fatores e, por consequência, a presença ou não da mulher também é inculcada por estes fatores onde podemos distinguir a família, escolaridade, a classe social e a idade.

Sem dúvida a *família* é um dos fatores influenciadores pois esta age mediante a classe social em que se encontra inserida, sendo a socialização dos indivíduos um processo de cariz cultural (Bertaux, 1978). Deste modo, por exemplo, se uma menina for criada num no seio de uma família em que o papel desempenhado pelas mulheres desta seja exclusivamente na esfera privada, esta menina, provavelmente, será levada a reproduzir esse mesmo tipo de papel devido a toda a herança cultural que recebeu e que, de um certo modo, e ajudou a formar a sua personalidade.

Apesar de a escola ser, nas sociedades atuais, delineada pelos ideais de igualdade de oportunidade esta é o impulsor da reprodução cultural pois nas sociedades modernas é valorizado não só o que é ensinado no decorrer da instrução formal mas, também, o currículo escondido, isto é, aspetos do comportamento que os indivíduos aprendem de maneira informal na escola. O aumento da escolaridade foi, e é, um grande o contributo do para a luta da mulher na libertação do papel atribuído na esfera privada bem como na sua entrada na esfera laboral, pois quanto maior for o investimento da mulher na educação maior será a probabilidade de esta entrar no mercado de trabalho porém

*“ é sintomático da desvalorização das qualificações das mulheres pelo mercado de trabalho não só em igualdade de habilitações escolares elas sofrem quase sempre mais o desemprego do que os homens, como também a procura de mais escolaridade não as defende crescentemente, como aqueles, do risco de desemprego”* (Branco & Gonçalves, 2001, in Perista & Lopes, 2010, p. 201).

Outra variável a ter em conta é a classe social<sup>8</sup> do indivíduo e que se pode correlacionar com a escolaridade, pois será através de obtenção de um determinado nível de qualificações que o indivíduo terá, em termos gerais, mais oportunidades no mercado de trabalho o que ajudará a determinar o seu lugar na estrutura de uma determinada sociedade, apesar de, também, poder ser influenciada por outros fatores.

Porém o desemprego não suprime as diferenças sociais nem as socializações anteriores. O modo como o indivíduo vivencia a situação de desemprego varia segundo a natureza e combinação de inúmeras variáveis, nomeadamente, idade, pertença social, competências escolares, profissionais e sociais, recursos económicos e culturais, profissão anterior e sector de atividade, estado de saúde, grau de solidariedade do grupo familiar, duração do desemprego, entre outros. Deste modo, enquanto Ledrut, em 1966, referencia uma vivência típica do desemprego, a do "desempregado crónico, bastante inferiorizado e com um desemprego de longa duração, nos finais dos anos setenta e inícios dos anos oitenta, verifica-se o surgimento de estudos que se debruçam sobre a vivência da situação de desemprego, demonstrando uma pluralidade das reações dos indivíduos que se encontram nessa situação (Duarte, 1997). Um desses estudos é Dominique Schnapper (1994) que refere que o “*importa sublinhar a extrema variedade das condições de desempregado e as maneiras de viver o desemprego*” (Schnapper, 1994 in Demazière, 2008, p.135). Deste modo propõe-se a definir tipologias que se centram, principalmente sobre os efeitos desestabilizadores do desemprego, ao nível individual, familiar e social. Assim Schnapper caracterizou o desemprego como desemprego total, desemprego invertido ou desemprego deferido. O Desemprego total era aquele que demonstrava que perda do estatuto social procurado pelo emprego precedente, verificando-se o fechamento em do indivíduo em si mesmo, a rutura das relações sociais anteriores. Deste modo os sentimentos exprimidos pela maioria desempregados caracterizados nesta tipologia são: a decadência, a humilhação, o

---

<sup>8</sup> “Uma classe social é composta pelos que desempenham um papel análogo no mundo da produção, que têm fontes de rendimento semelhantes e, secundariamente, rendimentos ou fortunas da mesma ordem de grandeza, estilos de vida semelhantes e a consciência dessa comunhão.” (Roland Mousmer, citado em “Notas de Apoio à Disciplina de Sociologia”. Escola Secundária de Alberto Sampaio, [acedido em. 12/09/2014], Disponível em <http://www.esas.pt/dfa/sociologia/classesocial.htm>).

aborrecimento, o vazio da existência, o medo do futuro aferindo-se uma desorganização de hábitos e a existência de uma ameaça de desestabilização da identidade pessoal (Schnapper, 1994, in Demazière, 2008).

Já o desempregado invertido demonstra desenvolvimento de uma atitude de desvalorização do estatuto de assalariado e busca de alternativas. Desenvolve-se aversão em relação ao trabalho regular, rotineiro, executado sob a dependência de uma hierarquia. Investe-se em atividades por si mesmo, abraça – se a paixões abandonadas até então, dedica-se a práticas artísticas, adota - Se um ritmo de vida estudantil, eis algumas de muitas variantes de investimento do tempo pelo desempregado, investimento alternativo que está no princípio da inversão do sentido do desemprego. Como Duarte (1997) refere

*“o modo "invertido" de viver o desemprego nos primeiros tempos é possível, na medida em que a situação é percebida como relativamente controlável: a garantia, por um tempo determinado, do subsídio de desemprego permite-lhes gerir e, de algum modo, prever o melhor momento e oportunidade para mobilizarem estratégias de reinserção profissional”* (Duarte, 1997, p. 266).

Tendo em conta a tipologia de Schnapper verifica-se a existência de um desemprego denominado por deferido onde o indivíduo demonstra uma resistência à *“desvalorização social e manter, apesar da privação de emprego, um estatuto de ativo”* (Schnapper, 1994 in Demazière, 2008, p. 137). Deste modo a procura de emprego estabelece-se como uma ocupação em tempo inteiro, um equivalente da atividade exercida no mercado de trabalho, sendo realizadas atividades de diversas naturezas, nomeadamente procedimento de procura de emprego, participação em estágios para aperfeiçoar as suas competências, participação em diversas atividades, que permitam amplificar os seus conhecimentos do mercado de trabalho. Todas estas atividades têm sempre como finalidade aumentar as possibilidades para a obtenção de um novo emprego.

Apesar de tudo é necessário ter a consciência que não classificam pessoas, mas descrevem mundos vividos do desemprego. No entanto a proximidade dos indivíduos

com uma ou outra dessas tipologias não se encontra dependente de características sociais pois apesar de se verificar uma influência das variáveis já referidas a sua influência não é determinante nem direta não se podendo estabelecer comparações entre o desemprego de mulheres com, por exemplo, dos jovens. Essas variáveis atuam por intermédio de três dimensões, consideradas como integrantes da experiência que são a vocação, o desemprego será vivido mais positivamente quando o indivíduo consegue pôr em prática atividades para as quais se sente vocacionado, a sua integração na sociedade, quanto mais o desempregado está integrado a redes sociais independentes de sua atividade profissional, menos o desemprego será doloroso e penoso do desemprego, por fim a integração familiar (Demazière, 2008),

Por outro lado as tipologias não deverão ser consideradas como fixas para um determinado indivíduo podendo este, a determinada altura, mudar de caracterização da sua situação pois “ *as mesmas pessoas podem, no decorrer do tempo, mudar de ponto de vista, adotar outra linha de conduta, revisar sua interpretação, mobilizar novas categorias*” (Demazière, 2008, p. 139).

Além de toda a complexidade a nível psicológico, social e económico que o desemprego acarreta existe, ainda, a questão de conceitos que são utilizados que poderão criar alguma confusão. Um exemplo claro é o facto de, muitas das vezes o conceito de não-trabalho ser confundido com desemprego. Enquanto o primeiro conceito poderá ser o resultado de uma escolha em se manter fora do mercado de trabalho já na situação de desempregado o indivíduo apesar de ter o desejo e vontade de laborar não pode.

Por outro lado Chagas Lopes e Perista (1995) previnem para uma das situações que poderá colaborar para uma fragilidade dos números apresentados referentes à taxa de desemprego nas estatísticas apresentadas a nível oficial e que se deve – sobretudo no caso das mulheres – à flutuação entre “inatividade” e “desemprego”. Neste sentido, muitas desempregadas podem estar, do ponto de vista estatístico, contabilizadas como inativas e assim que, independentemente da sua idade, no período de referência não são ser considerada economicamente ativo, isto é, não estava empregada nem desempregada pois “ *Um trabalhador sem emprego é considerado desempregado se está disponível*

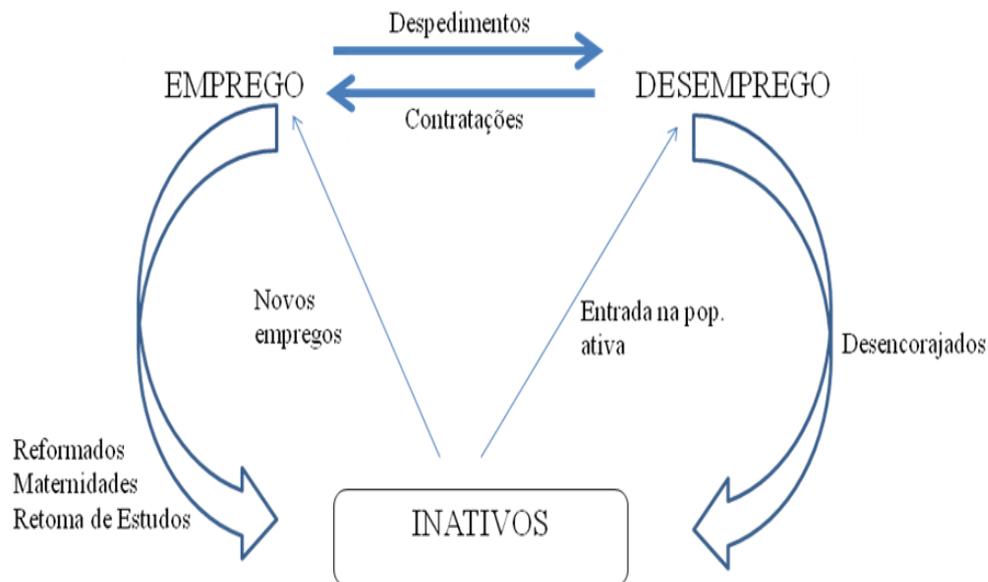
*para trabalhar e procurou ativamente emprego durante o período de referência (normalmente as quatro semanas anteriores à entrevista); caso contrário, o trabalhador é considerado inativo”* (Banco de Portugal 2010, p. 52).

A questão da denominada “procura ativa” utilizada na definição convencional de desemprego em Portugal é amplamente discutida em Centeno e Fernandes (2004) que questionam a homogeneidade dos indivíduos classificados como inativos e propõem a existência do conceito “*marginalmente ativo*”, composto por indivíduos que desejam trabalhar, mas que não procuraram emprego. Assim podemos considerar que o comportamento de alguns indivíduos que não procuram emprego, mas que estão disponíveis para trabalhar, não deveria ser considerado tão afastado do conceito de “atividade” e que eles poderiam até ser incluídos no grupo de desempregados pois muitas das vezes são denominados de “desencorajados” pois não procuram emprego porque consideram difícil encontrar um emprego (Centeno & Fernandes, 2004).

Além disso, a noção de “disponibilidade para trabalhar” é também subjetiva e pode ser usada discriminatoriamente contra as mulheres pois o critério prepõe principalmente o desejo de trabalhar, na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários e na possibilidade de começar a trabalhar imediatamente ou pelo menos nos próximos trinta dias e, por exemplo para mulheres por vezes essa temporalidade não permite a sua reorganização.

Na figura 2 é demonstrada toda a dinâmica entre o desemprego, emprego e inativo para demonstrar a sua relação bem como a flutuação entre os diferentes estádios.

Figura 1 - Relação entre o Desemprego, Emprego e Inativo



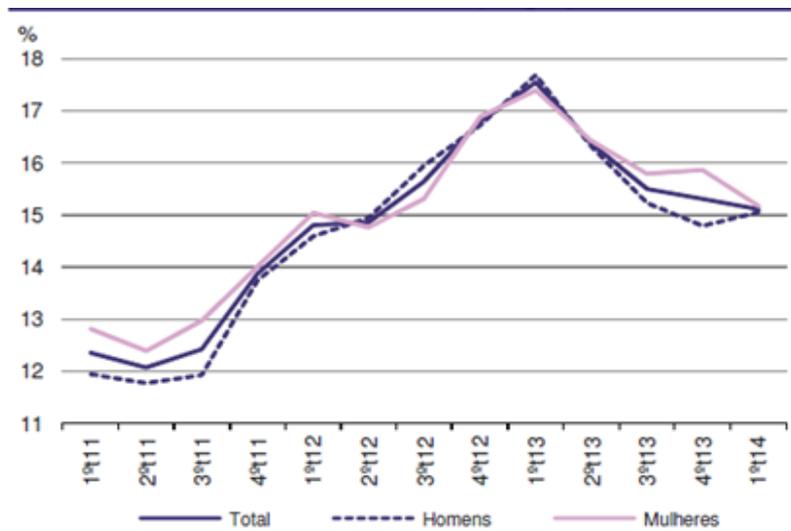
O agravamento do desemprego em Portugal é resultante de inúmeros fatores nomeadamente os sucessivos encerramentos e/ou deslocalizações de fábricas, o abrandamento económico e a queda do investimento. Em 2008 verificava-se que o desemprego de longa duração e de muito longa duração (25 meses ou mais), verifica-se a mesma sobre representação feminina, mas ainda mais agravada no segundo caso: 51,4% e 55,7%, respetivamente (Eurostat, 2008). Segundo estes dados conclui-se que em Portugal, a população feminina era a mais vulnerável à condição de desemprego em praticamente todas as classes etárias mas que na faixa etária entre os 50 e os 64 anos, embora, embora com uma diferença residual, a taxa de desemprego feminino é de 6,5% e a de desemprego masculino atinge os 6,7% (Eurostat, 2008)

As crises financeiras globais mantêm-se e, por consequência, esta demonstra consequências nas relações do mercado laboral em Portugal, atingindo o homem e a mulher.

Perante os últimos dados publicados pelo I.N.E representados no gráfico 1, referentes ao primeiro trimestre de 2014, verifica-se que a taxa de desemprego dos homens (15,1%), no trimestre em análise, diminuiu em relação ao trimestre homólogo

(2,6 p.p.) e aumentou face a trimestre anterior (0,3 p.p.) e foi inferior à das mulheres (15,2%) que diminuiu em relação ao trimestre homólogo e ao trimestre anterior (2,2 p.p. e 0,7 p.p., respetivamente).

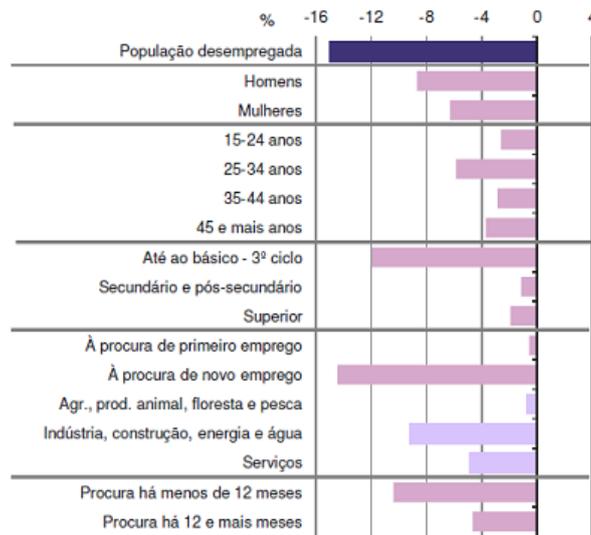
Gráfico 1- Taxa de Desemprego por Sexo



Fonte I.N.E

Relativamente aos desempregados de longa duração através da observação do gráfico 2 afere-se que a taxa de desemprego de longa duração (medida pela razão entre o número de desempregadas/os à procura de emprego há 12 e mais meses e a população ativa) registou um valor de 9,6%, no 1º trimestre de 2014. (INE, 2014)., tendo diminuído 7,9%, comparativamente ao trimestre homólogo e 2,5% face ao trimestre anterior. Verifica-se, de igual modo, uma diminuição no número de desempregadas/os à procura de emprego há menos de doze meses (25,0% face ao trimestre homólogo e 2,5% face ao anterior).

Gráfico 2 - Contributo para a taxa de variação homóloga de população desempregada no 1º trimestre de 2014



Fonte I.N.E

Segundo dados disponibilizados pelo I.N.E a proporção de desempregadas/os à procura de emprego há doze e mais meses no total da população desempregada é bastante elevada, tendo sido estimada em 63,6%.

Outro aspeto a ter em conta é o facto da população inativa ter aumentado 0,1% face ao trimestre homólogo e aumentado 0,8% face ao trimestre anterior (39,6 mil). Mantendo o mesmo período temporal como alvo de comparação verifica-se que a população inativa com quinze ou/ e mais anos aumentou 1,0% e que a inatividade de ambos os sexo aumentaram, sendo a masculina de 1,9%; e a feminina de 0,3%. No 1º trimestre de 2014, 59,5% da população inativa com quinze e mais anos era composta, por mulheres. Do 4º trimestre de 2013 para o 1º trimestre de 2014, 2,9% das pessoas sofreram a transição de condição de empregadas para desempregadas e 4,2% foram consideradas inativas., totalizando 7,1% da proporção de empregadas/os que saíram do estado empregadas no 1º trimestre de 2014 (92,9% permaneceram empregadas/os).

Em suma, verificaram-se, entre os dois trimestres utilizados em análise, que as saídas do desemprego em termos relativos, mais intensas do que as saídas do emprego.

Conclui-se que, comparativamente ao 1º trimestre de 2014, das pessoas que se encontravam desempregadas no 4º trimestre de 2013 34% saíram dessa condição em que se encontravam o tendo 16,4% se tornaram empregadas/os e 17,5% transitaram para a inatividade.

É possível aferir que as mulheres apresentaram, no período em análise, em relação aos homens, maiores taxas de transição para a inatividade (provenientes do emprego ou do desemprego) e uma maior taxa de permanência na inatividade. Por outro lado é o sexo masculino que apresenta uma maior taxa de transição para o emprego (provenientes do desemprego ou da inatividade) e para o desemprego (provenientes do emprego ou da inatividade) e uma maior taxa de permanência no desemprego.

**Tabela 1-Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho em % do estado inicial**

	1ºT-2014	Emprego	Desemprego	Inatividade	4ºT-2013
<b>Total</b>					
Emprego		92,9	2,9	4,2	100
Desemprego		16,4	66,0	17,5	100
Inatividade		4,1	3,6	92,3	100
<b>Total 1ºT-2014</b>		<b>50,1</b>	<b>8,6</b>	<b>41,3</b>	<b>100</b>
<b>Homens</b>					
Emprego		92,9	3,1	3,9	100
Desemprego		17,4	68,7	13,8	100
Inatividade		5,3	4,1	90,5	100
<b>Total 1ºT-2014</b>		<b>55,2</b>	<b>9,4</b>	<b>35,4</b>	<b>100</b>
<b>Mulheres</b>					
Emprego		92,9	2,7	4,4	100
Desemprego		15,5	63,5	21,1	100
Inatividade		3,3	3,2	93,5	100
<b>Total 1ºT-2014</b>		<b>45,6</b>	<b>7,9</b>	<b>46,5</b>	<b>100</b>

Fonte I.N.E

Assim conclui-se que do 4º trimestre de 2013 para o 1º trimestre de 2014, existem diferenças nos fluxos dos estados do emprego, do desemprego e da inatividade nos diferentes sexos. O fluxo do emprego é negativo para os homens e para as mulheres, sobretudo para aqueles; o fluxo do desemprego é positivo para os homens e negativo para as mulheres; o fluxo da inatividade é positivo para ambos os sexos, sendo maior no feminino.

## Capítulo III

### O Ser Humano e a sua Relação com a Mudança

O indivíduo tem diferentes modos de agir perante uma situação, independentemente ao seu contexto. As teorias desenvolvimentistas debruçaram-se sobre essas questões delineando, tendo em conta as dimensões psicológicas dos processos de tomada de decisão vocacional e a subjetividade da vida profissional bem como as trajetórias da vida de trabalho dos indivíduos, um novo conceito e modelo da carreira.

Relativamente a relação do indivíduo com o mundo do trabalho e suas escolhas Super a importância de uma ocupação profissional é determinada por quatro componentes: o autoconceito (a ideia que cada um tem de si), o compromisso (referindo-se à ligação emocional (gosto muito, seguir uma carreira que homenageie alguém); a participação (refere-se ao grau de energia e de persistência que se investe numa determinada opção profissional para a sua realização); as expectativas (o grau de satisfação que antecipamos com determinada opção que fazemos e o sentido que nela encontramos para a nossa vida) e a maturidade vocacional (refere-se à capacidade de enfrentar). Deste modo o desenvolvimento vocacional é considerado contínuo, não termina na adolescência, e que as pessoas não escolhem a sua carreira num dado momento nem num determinado tempo, mas sim, em função de um conjunto diverso de decisões que diariamente vão sendo tomadas pequenas decisões com diferentes níveis de importância, relacionadas com as suas experiências e com papéis sociais desempenhados por cada indivíduo, concluindo que o desenvolvimento da carreira é um processo e não um acontecimento (Super, 1953, 1984) e irreversível pois as competências e preferências são resultantes de situações do quotidiano bem como as escolhas e ajustamentos dos indivíduos. Este desenvolvimento é descrito por vários estágios de vida que demonstram, num modo regular, os comportamentos específicos que caracterizam o referido estágio<sup>9</sup> e cada um possui tarefas específicas a serem

---

<sup>9</sup> Os estágios são denominados por crescimentos, exploração, estabelecimento, manutenção e retirada.

realizadas. No entanto, estas etapas nem sempre são lineares, mas cíclicas, isto é, indivíduos numa etapa mais adiantada da vida podem retornar aos estágios anteriores do desenvolvimento, isto é o que Super (1990) chama de *reciclagem* (Oliveira, & Coleta, 2008). O desenvolvimento vocacional é um processo que pode ser considerado previsível pois espera-se que o indivíduo, inserido numa sociedade, reaja a determinados comportamentos de um determinado reação resultante da influência da cultura. Deste modo a formação de uma identidade profissional será influenciada pelos papéis<sup>10</sup> desempenhados pelo indivíduo de acordo com a sua classe, idade e género. As abordagens teóricas que concebem a carreira como algo que se desenvolve ao longo da vida, contribuíram decisivamente para a compreensão dos fatores e dos mecanismos que interferem no processo de construção, crescimento e aprendizagem vocacional. Estas abordagens também são alvo de críticas devido à sua rigidez e universalidade das estruturas de desenvolvimento humano, a hierarquização e irreversibilidade dos estádios, a suposta homogeneidade e racionalidade do processo de desenvolvimento vocacional (Burman, 1994, in Araújo, 2003)

Tendo em conta que grande parte das investigações serem realizadas com grupos de estudo constituídos unicamente por homens Carole Minor (1992) reforça que

*“O recurso a modelos desenvolvidos com homens não é adequado para categorizar o desenvolvimento das mulheres. Estes podem fazer entender que as mulheres têm falhas ou lacunas no seu processo de desenvolvimento quando, na realidade, são apenas diferentes”* (Minor, 1992, in Gonçalves, 2007, p. 11).

Estas ilações geraram o interesse lento mas gradual dos investigadores da área pelas questões de género relacionadas com a carreira, atualmente uma linha de estudo em franco desenvolvimento, incluindo no nosso país (Saavedra, Taveira, & Rosário, 2004).

---

<sup>10</sup> Allport (1966, p. 232) define papel como sendo “um modo estruturado de participação na vida social”. A vida pessoal pode ser encarada como uma sucessão de papéis, que ligam o indivíduo a uma complexa série de sistemas sociais, apesar de, por vezes poderem existir conflitos entre os vários papéis desempenhados pelo indivíduo. Segundo Super os papéis constituem componentes das carreiras e são definidos em termos das expectativas e dos desempenhos de determinadas tarefas dirigidas para objetivos desejados.

Mark Savickas, um dos discípulos de Super e autor da recentemente apresentada teoria da construção de carreira (Savickas, 2005), afirma que, apesar do conceito de carreira ter sofrido já uma forte transformação num curto espaço de tempo defende que no atual período de transformações culturais, continua a ser necessário um novo olhar dos profissionais de orientação vocacional ou de desenvolvimento da carreira. Savickas concebeu uma das mais recentes perspectivas sobre o processo de desenvolvimento vocacional na vida adulta, considerando necessário reavaliar as concepções teóricas que defendem o simples ajustamento das aptidões e características do indivíduo às exigências de um determinado posto de trabalho ou aqueles modelos que procuram o equilíbrio entre os fatores de personalidade e as características contextuais de uma determinada atividade profissional (Araújo, 2003). De facto, as mudanças sociais, económicas e políticas que se têm verificado por todo mundo afetam grande parte da população, no que respeita nomeadamente ao: desemprego, falta de qualidade de vida, transições da escola para o trabalho, ocupação de tempos livres, etc. Estes factos têm conduzido a novas perspectivas sobre a orientação da carreira, com o objetivo de aperfeiçoar o conteúdo, o tempo de intervenção, as técnicas e o número de sujeitos abrangidos (Herr & Cramer, 1996), pois nos tempos que correm e com as transformações que o mercado de trabalho tem sofrido torna-se complicado falar em carreira pois cada vez mais se verifica que a precariedade e o trabalho temporário se demonstram, cada vez mais, incompatíveis os ideias de desenvolvimento de carreira pois hoje, a rotatividade entre postos de trabalho e flexibilidade exigida aos sujeitos corrobora esta lógica do emprego único, e substitui-a por uma gestão de carreira profissional autodirecionada que enfatiza a proatividade dos trabalhadores

Na perspectiva das transições, é defendido que todas as pessoas passam por acontecimentos marcantes nas suas vidas, como o nascimento, a puberdade, o casamento e a morte. As regras sociais impõem os comportamentos apropriados para cada idade, constituindo-se como um verdadeiro relógio biológico (Neugarten, Moore, & Lowe, 1965, *in* Schlossberg, 1977). Todavia, atualmente, estas previsões sociais são mais falíveis, por várias razões: a vida das pessoas é mais longa, vive-se durante mais tempo com os pais, estuda-se durante mais anos, tudo isto, resultando num adiamento da “maturidade económica”. Também o padrão social definido para as mulheres está a mudar radicalmente. Atualmente existem novas tendências sociais pois cada vez mais

existem mulheres que estão empregadas a tempo inteiro, muitas mulheres de meia-idade regressam ao trabalho depois dos seus filhos saírem de casa, os pais partilham, cada vez mais, as responsabilidades do seu papel com as mulheres, os casais casam mais tarde e cada vez são mais os que decidem não ter filhos, entre outras. Com base na análise mais profunda das histórias de carreira do seu público-alvo, estes salientam a diferente forma como homens e mulheres lidam com as transições. Geralmente as mulheres têm uma imagem acerca de si menos positiva do que os homens, sentem que têm um menor controlo das suas vidas e não planificam tanto as suas vidas. Por outro lado, a sua vida afetiva é mais rica e mais complexa e têm uma maior tolerância à ambiguidade. O estilo de vida dos homens é cada vez menos complexo à medida que envelhecem, deixando de ter alguns papéis e atividades. A mulher tem a capacidade de desempenhar vários papéis de vida e de se comprometer com múltiplas atividades no último estágio da vida.

## **Contributos da Teoria das Transições de Vida**

As teorias de transições de vida demarcam-se pois libertaram-se do conceito de “desenvolvimento” e passaram a considerá-lo fundamental e basilar a noção de “transição”, porque valorizam os processos de socialização do adulto e as suas transições, quer a nível pessoal, quer profissional. Ao analisar-se a vida dos indivíduos, tendo em conta a teoria das transições, constata-se que todo o indivíduo que passa por momentos marcantes durante toda a sua vida.

Deste modo a teoria das transições, inicialmente desenvolvida por Nancy Schlossberg, foi criada para dar resposta à necessidade da existência de “ *need for a framework that would facilitate an understanding of adults in transition and lead them to the help they needed to cope with the ordinary and extraordinary process of living*” (Evans *et al*, 1998, p.108) a Transição “*as any event, or non-event that results in changed relationships, routines, assumptions, and roles*” (Schlossberg, Goodman, & Anderson, 2012, p. 37) , sendo descritos por Levison, em 1986, como pontos de viragem de momentos específicos entre dois períodos de estabilidade (Schlossberg *et al*, 2012).

O conceito de transição de vida foi definido, por oposição a um conceito de estabilidade e certeza, como sendo o indivíduo adulto em constante mudança, de forma deliberada ou por forças externas. Assim, para autora, a idade adulta é caracterizada por um conjunto de acontecimentos previstos e imprevisos, que afetam o indivíduo e o modo como ele lida com esses, sendo necessárias constantes e recorrentes adaptações e reavaliações do “Eu”.

Assim, ao longo da vida, as pessoas, de um modo constante, enfrentam períodos de transições, podendo estas serem esperadas ou não. Sendo o ser humano único, cada um reage aos períodos de transição de uma maneira única, podendo, num momento de crise, uma pessoa pode crescer e desenvolver-se, enquanto outra, num mesmo tipo de período, pode passar inalterável pelas alterações da sua vida. Estas diferenças dependem de muitos fatores, sendo que um deles é sem dúvida a idade cronológica (Schlossberg, 1987), sendo salientado que os adultos são governados por um relógio social e não biológico (Neugarten, 1965, in Schlossberg, 1977). Deste modo a autora (op.cit) considera que os fatores de natureza social têm um maior contributo no comportamento de um adulto aos fatores de cariz biológico (em que o peso é mais visível na infância e na adolescência).

As transições apesar de variem de indivíduo para indivíduos apresentam estruturas são similares que se encontram divididas em três grandes partes. por *a Identidade de Transição e seu Processo*, onde é identificado a natureza da Transição e providencia um entendimento para o estabelecimento da melhor estratégia para uma situação específica, *o Sistema dos 4 S*. Este sistema é composto por quatro fatores: *Situation* (Situação), *Self* (Eu), *Supports* (Suporte) e *Strategies* (Estratégia).

O primeiro fator (*Situation*) concerne à condição em que o indivíduo se encontra no momento da transição, ou seja, o modo como este a enfrenta, seja de um modo negativo ou positivo, nomeadamente o tempo, a fonte ou o controlo, a mudança de papel que esta transição exige, a duração, a experiência prévia, o nível de stress, entre outros.

O segundo fator (*Self*) está relacionado com a capacidade individual para lidar com a transição, ou seja, diz respeito às características pessoais e demográficas, que compreendem o nível socioeconómico, estágio da vida, estado de saúde, etnicidade e idade. Torna-se importante ressaltar que, segundo Schlossberg a idade não se refere a um nível cronológico mas sim como sendo um lugar onde o indivíduo se realiza na vida. Deste modo a idade é tida em conta num ponto de vista funcional, social e psicológico. Há, ainda, recursos psicológicos que o indivíduo utiliza para lidar com a transição, como “*o desenvolvimento do ego, o otimismo, a autoeficácia, capacidade de compromisso e valores*” (Summers, 2002)

O terceiro fator (Supports) refere-se a um importante aspeto a considerar: suporte social que o indivíduo (relacionamentos íntimos, a unidade familiar, as redes de amigos, as instituições, a comunidade em que se encontra inserido, entre outros.) Deste modo para Schlosberg (1987) defende que o modo de como se lida com as transições é influenciado com o apoio das pessoas mais próximas, que infelizmente existe.

Por fim, o quarto fator (Strategies) pretende compreender a natureza das transições e ajudar o indivíduo a encontrar formas mais eficazes para lidar com elas.

O *Sistema dos 4 S* evidencia o caminho para demonstrar os potenciais recursos para lidar com a transição, e os *Recursos de Reconsolidação*, que demonstram o uso de novas estratégias para melhor lidar com a transição. Deste modo as transições, sendo momentos de crise ou de ajustamento desenvolvimental, são momentos únicos de desafio, apresentando oportunidades de transformação e crescimento do indivíduo. Apesar da especificidade da natureza da mudança toda a Transição requiere  *coping*.<sup>11</sup>

Segundo Gignoux as transições poderão provocar, nos indivíduos, os sentimentos de perda e sofrimento mesmo que estas sejam positivas e planeadas, sendo definidas por *transformação da vida* (Schlossberg et al, 2012).

---

<sup>11</sup> *Coping* é um termo que é aplicado para definir as estratégias que o indivíduo utiliza para dar resposta a situações que não têm resposta preparada resultante de rotinas.

Parkes, em 1971, propõe o conceito de transição psicossocial (*psychosocial transition*) que o define como o abandono de um conjunto de crenças e o desenvolvimento de outras que permitam aos indivíduos com novas realidades. Assim a importância da Transição não se prende com a Mudança mas com a percepção que o indivíduo tem da referida Mudança.

Para uma melhor compreensão do significado da Transição para o Indivíduo é fundamental a compreensão do tipo de Transição, a Perspetiva, Contexto e Impacto da mesma.

As transições podem ser antecipadas, não antecipadas e também as designadas por não-eventos. As transições antecipadas são todas as mudanças, de um modo geral e num contexto sociocultural, ocorrem num ciclo de vida (casamento, nascimento do primeiro filho) e que apresentam ganho e perdas. As denominadas transições não antecipadas são todas aquelas que não estão previstas no ciclo de vida do indivíduo que, segundo Pearlin normalmente, envolvem crises, ruturas e outros acontecimentos, como por exemplo doença, morte de um filho (Anderson *et al.*, 2012). Este tipo de transições apresentam-se como desafios únicos para os indivíduos por não se estes encontrarem preparados para estes eventos. As transições são designadas por não-eventos são as mudanças que o indivíduo aguardava no seu ciclo de vida mas que não ocorreram como, por exemplo, um casamento que não ocorreu, o nascimento de um descendente que não aconteceu... Este tipo de transição ainda pode ser caracterizado por pessoais<sup>12</sup> (acontecimentos externos que não ocorrem e que podem influenciar a vida pessoal do indivíduo), repercutidos (referem-se a expectativas não realizadas em relação a outras pessoas significativas ao indivíduo e que acabam por alterar papéis, crenças e relações), resultantes (começa por um evento que origina um não-evento) e adiadas (que ainda não aconteceram mas que têm possibilidade de ocorrer, que podem ser planeadas ou não planeadas).

O contexto é um fator importante na vida dos indivíduos e influencia as suas reações nas áreas do *Self*, amizades, familiares, trabalho, saúde ou economia. O

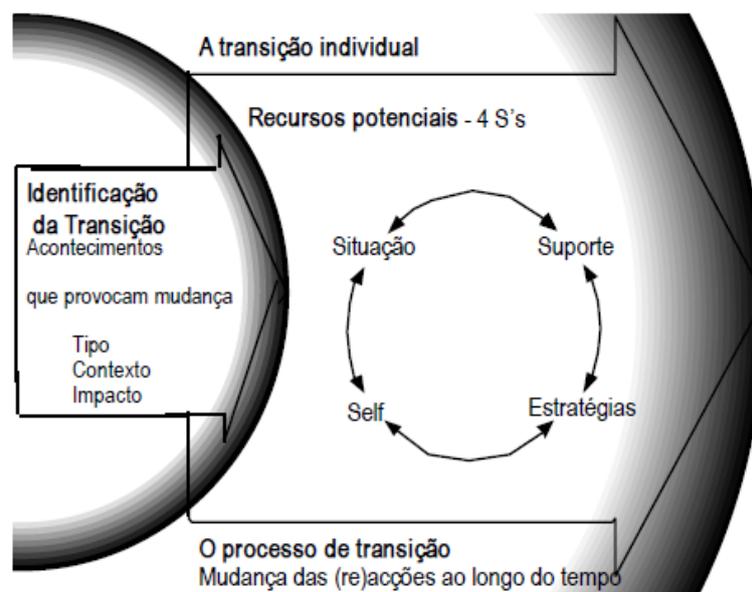
---

<sup>12</sup> Um exemplo claro de transição não-evento pessoal é o “não-acontecimento de promoção de um indivíduo após uma longa carreira profissional na mesma área e que poderá fazer com que o indivíduo reveja o seu autoconceito em aspetos de competência e identidade

contexto também envolve contextos macroeconómicos e políticos juntamente com a diversidade cultural.

O impacto é o grau em que a transição altera o dia-a-dia do indivíduo. Um exemplo claro é o do desemprego pois não apenas uma situação com consequências apenas económicas mas também carrega complexas consequências de cariz sociológico e psicológico. Alguns estudos demonstram o impacto negativo da perda de emprego involuntário nomeadamente na identidade individual, nas relações sociais e autoestima<sup>13</sup>(Anders *et al.*, 2012). Herr et al, através de alguns estudos, consideraram o desemprego evidencia uma perda de bem-estar do indivíduo com a sua família. De acordo com Blustein (2006) quando um grande grupo de indivíduos se encontram desempregados levam a que à destruturação social da comunidade em que se encontram inseridos e poderá ser verificado um aumento da violência, famílias disfuncionais, aumento de consumo de substâncias ilícitas e uma deterioração generalizada da saúde física e bem-estar (Blustein, 2006).

Figura 2 - . Estrutura de uma transição individual



Adaptado in Schlossberg, Waters & Goodman, 1995, p.27

<sup>13</sup> A autoestima é a avaliação afetiva que o indivíduo faz de si próprio.

A par com as teorias que apresentam raízes de cariz psicológico verifica-se uma grande preocupação de cariz sociológico, sendo dando ênfase ao estatuto socioeconómico da família, bem como, ao género e à raça do indivíduo. A ocupação é extremamente importante na determinação do estatuto da pessoa na sua comunidade, vencimento, saúde e no estio de vida (Johnson & Mortimer, 2002, p.37).

Blau e Duncan deram um grande contributo para esta temática abordando a importância à análise as mudanças na mobilidade social e na estrutura ocupacional. Estes sociólogos (1967) mudam o foco dos estudos de estratificação, pois pretendiam compreender as relações causais da mobilidade. Estas medidas foram definidas em que dimensão o *estatuto* herdado determina o destino dos indivíduos, bem como, em que medida as posições iniciais nas hierarquias afetam os níveis posteriores de obtenção de um *estatuto*. Assim a fundamentação teórica da teoria da alocação de *estatuto* é a de que a posição ocupacional do indivíduo é o atributo que melhor resume a dimensão técnica da hierarquização social, tanto em termos macro quanto em nível organizacional. O *estatuto* ocupacional, portanto, seria o melhor indicador da posição que o indivíduo ocupa nas hierarquias existentes tanto em sociedades quanto em organizações. Blau e Duncan, bem como Holland, chamam a atenção sobre a influência que o meio e o seu contexto social têm sobre o Indivíduo e as suas escolhas (Brown, 2002, p. 13)

O construtivismo social chama a atenção que o indivíduo não se encontra isolado do seu meio e que o comportamento humano apenas pode ser entendido no contexto em que se encontra inserido. De igual modo este não deverá ser constrangido e circunscrito a princípios e/ou leis.

Cada vez uma aproximação entre os psicólogos e sociólogos no concerne as escolhas vocacionais pois nas últimas décadas a preocupação dos investigadores da área da psicologia com “ *social settings that influence and constrain individual action* (Bronfenbrenner, 1979), *including times tables for importante life transitions*” (Johnson & Mortimer, 2002, p. 39). Já os investigadores sociológicos reorganizaram a sua orientações nas pesquisas, passando a valorizar, também, “ *occupational values, that is, preferences with respect to intrinsic, extrinsic, and people-oriented rewards; to a particular work ethic; and to a personal sense of efficacy or control*” (ibdem,ibdem).

Porém apesar de se verificar a convergência entre investigadores das duas áreas os sociólogos concentram o foco a posição ocupada por o individuo na estrutura social, tendo em conta as influências provenientes das ocupações dos progenitores, educação, género, étnica, raça nas suas escolhas.

Como já foi referido as influências provenientes da família e do contexto em que o individuo se encontra são profundas nas aspirações educacionais e vocacionais. Kohn e Schooler defendem que o sucesso de um pai e valores são transferidos para os seus filhos e tornam-se influenciadores nas suas escolhas. Ruy e Mortimer (1996) sugerem que a história laboral da mãe desempenha um forte papel para orientações da filha para o trabalho, em geral (Johnson & Mortimer, 2002).

Assim conclui-se que a influência familiar no desenvolvimento vocacional apresenta duas dimensões. A primeira é no provimento de oportunidades, sejam elas educacionais, financeiras, entre outras. A segunda dimensão prende-se com a socialização, seja esta realizada através das práticas dos progenitores ou pela relação pais-filhos. Devido às metamorfoses sofridas na vida familiar, nomeadamente nas relações família-trabalho, verifica-se as transformações nas influências da família nas escolhas vocacionais. Um exemplo claro é a participação mais ativa da mulher no mercado laboral e, conseqüentemente, a sua contribuição para o sustento da família veio transfigurar questões de base nas questões de género presentes na socialização (Schulenberg, Vondracek, & Crouter, 1984, in Johnson & Mortimer, 2002).

É impossível dissociar as escolhas vocacionais com a comunidade em que o individuo se encontra inserido com as suas condicionantes relativamente ao mercado de trabalho. Estas permitirão delinear as trajetórias laborais, desde o tempo de entrada no mercado de trabalho bem como os primeiros empregos, que iram influenciar todo o percurso. Por exemplo, muitas zonas rurais são atingidas pelo desemprego e pela migração de jovens situações que podem ser explicadas pelas limitações na diversidade e dimensão do mercado de trabalho local bem como isolamento geográfico poderá levar a que haja um menor acesso a informações e a formação superior necessária.

## Capítulo IV

### Metodologia

#### *1. Enquadramento de investigação*

A escolha do paradigma a seguir demonstra a nossa visão e responsabilidade, enquanto investigadores. Deste modo, o questionamento relativo aos diversos momentos de transição, bem como o modo como estes são vivenciados pelas próprias pessoas, assumem-se num paradigma de conhecimento de cariz essencialmente qualitativo, pois pretende-se recuperar, diretamente dos sujeitos, a sua perceção da sua própria realidade.

Porém é necessário salientar que ao nos debruçarmos sobre a realidade de forma compreensiva e qualitativamente, a nossa compreensão dos fenómenos já se encontra, ela própria, revestida de uma interpretação sobre uma interpretação pré-existente.

Deste modo, o paradigma qualitativo, ao atender às vozes dos agentes que traçam o quotidiano, tem como ponto de partida um olhar que advém de “ dentro da Sociedade” que recorre à riqueza da linguagem, das suas metáforas e saberes culturais. Assim o investigador coloca-se no lugar de quem escuta, libertando-se do lugar de compreensão de um todo e que teoriza os factos, e os agentes sociais, os que vivenciam, sentem e refletem sobre as suas vidas, ocupam um papel primordial em toda a investigação.

Em suma, a escolha por estas estratégias metodológicas pretendem-se com o intuito de não abafar ou distorcer toda a participação das entrevistadas e que os seus relatos sejam valorizados por si só e que eventuais teorizações apenas sirvam para complementar e construir um saber diferenciado do puramente científico, ou do senso comum pois, a meu ver, a teoria não pretende explicar discursos mas sim formar um conhecimento plural.

Após a escolha do paradigma a seguir recorreu-se à entrevista, por se considerar ser a técnica mais adequada para o pretendido “ *é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo*” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134).

## **2. A entrevista**

O guião para as entrevistas semiestruturadas (Anexo II) foi formulado com o intuito de abranger apenas os pontos relevantes para a presente investigação, pois no estabelecimento de diálogo entre a entrevistada e a entrevistadora a recolha de informação iria enveredar numa própria caminhada.

As entrevistas semiestruturadas tornaram-se fonte de uma riqueza extrema pois cada entrevistada, a partir de uma pergunta e numa cadeia associativa, remeteu vários factos que revelaram muitos acerca da sua história.

As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2012 e janeiro de 2013.

O guião da entrevista teve como linha orientadora cinco grandes capítulos, onde se foram desenvolvendo um conjunto de perguntas, acompanhado de perguntas “lembrança” que apenas foram introduzidas quando o entrevistado não as referia espontaneamente nas suas respostas.

O guião partiu do passado para o presente e do presente para o futuro, incidindo essencialmente sobre seis momentos, precedidos pela recolha de alguns dados de caracterização dos entrevistados (idade, sexo, estado civil, número de filhos, nível de habilitações, localidade de residência). Um primeiro momento direciona-se para o percurso escolar das entrevistadas, tentando aí descortinar a sua vida escolar, desde o seu desempenho, e os sentimentos associados à escola/aprendizagem até os motivos de saída do sistema escolar.

Num segundo momento são introduzidas questões sobre a sua entrada no mercado de trabalho e o seu percurso profissional, que permitem analisar os desafios ou as vulnerabilidades que estas desempregadas já enfrentavam quando o seu primeiro emprego.

Um terceiro momento da entrevista incide na situação de desemprego, onde são exploradas as consequências que o surgimento deste fenómeno tem na vida das entrevistadas e as estratégias desenvolvidas pelos mesmos para encontrar emprego, assim como as respostas dadas a estas solicitações. É também explorada a perceção relativamente ao género que os próprios protagonistas das situações de desemprego encontram para o facto de lhes ser dificultada a reinserção profissional devido ao seu género.

Nesta parte são também introduzidas algumas questões sobre as experiências de formação profissional, tentando essencialmente perceber de algum modo a motivação que os entrevistados têm para participar educação/formação e as considerações que estes tecem sobre o papel da formação como mecanismo de compensação dos baixos níveis de escolaridade.

A quarta parte é dedicada à exploração da existência de rede social, familiar, comunitária e institucional e de que forma se sentiram apoiados pelas mesmas. Neste parte também é pretendido fazer uma caracterização do agregado familiar das entrevistadas e bem como aprofundar o modo como estas vivenciam o seu dia-a-dia, enquanto desempregadas, bem como estabelecem as prioridades na sua vida.

Uma quinta parte debruça-se sobre o mundo laboral e o presente e as suas implicações. Pretende-se que a entrevistada aborde os seus sentimentos relativamente ao facto de se encontrar desempregada, que reflita sobre os mecanismos que usa para sair desta condição. Pretende-se, igualmente que seja feita uma reflexão relativamente ao valor que é dado ao trabalho.

Por fim, a sexta, e última, parte, é dedicada à exploração das perspetivas que os entrevistados têm para o futuro, tentando perceber o tipo de trajetórias que estão a ser construídas. Deu-se por terminado o processo de recolha de informação, quando o

rendimento das entrevistas começou a decrescer, isto é, quando os dados começaram a ser demasiado repetitivos.

### ***3. Participantes***

Participantes	Idade:	Estado civil:	Número de filhos:	Habilitações Escolares/Académicas
E 1	45	Casada	3	4º Classe
E 2	55	Viúva	3	4º Classe
E 3	52	Casada	2	4º Classe
E 4	62	Casada	2	4º Classe
E 5	50	Casada	4	4º Classe
E 6	61	Casada	2	4º Classe e admissão
E 7	49	Casada	1	8º Ano (ensino regular) 12º Ano (ensino noturno)

### ***4. Procedimentos***

O trabalho empírico relativo a esta investigação foi realizado no concelho de residência das seis entrevistadas no concelho de Vila Nova de Poiares, entre janeiro e fevereiro de 2013. Consistiu numa realização de entrevistas semiestruturada às seis mulheres que se encontravam na faixa etária entre os quarenta e cinco anos e os sessenta e seis anos, que estavam na situação de desempregadas, detentoras da nacionalidade portuguesa e com baixas qualificações escolares.

Antes de iniciar a entrevista propriamente dita foi acrescentado um período de explicação inicial a apresentação da declaração de consentimento informado ( anexo 1) para a participação na investigação que todas as entrevistadas leram e assinaram. Nesta, como em todas as investigações, devem emergem alguns aspetos da ética nomeadamente, como nos dizem Bogdan e Biklen, “*duas questões dominam o panorama recente no âmbito da ética relativa à investigação com sujeitos humanos; o consentimento informado e a proteção dos sujeitos contra qualquer espécie de danos*” (Bogdan & Biklen 1994, p.75). Seguindo estas missivas, o estudo respeitará a confidencialidade e o anonimato dos mesmos, pois como mostram os mesmos autores, “*[a]s identidades dos sujeitos devem ser protegidas, para que a informação que o investigador recolhe não possa causar-lhes qualquer tipo de transtorno ou prejuízo*” (Bogdan & Biklen 1994, p. 77).

Posteriormente foi efetuada a análise *de conteúdo* de toda a informação recolhida nas entrevistas – a análise de conteúdo e, conseqüente, categorização/codificação. Segundo Bogdan e Biklen (1994),

*“[â] medida que vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem e acontecimentos. O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos e padrões. Estas palavras ou frases são categorias de codificação”* (Bogdan e Biklen , 1994, p. 221).

Para outros autores como Quivy e Campenhoudt, a análise de conteúdo em investigação social, “*oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade*”

(Quivy & Campenhoudt 1995, p. 227) e que demonstra ser dotada de uma capacidade de “desocultação” e que permitirá o acesso a um novo conhecimento.

Neste sentido Bardin define a análise de conteúdo como

*“um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) e conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) desta mensagem”*  
(Bardin 2004, p.37)

e “(...) procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça...é a busca de outras realidades através das mensagens” (Bardin, 2004, p. 38).

## Capítulo V

### Resultados

A análise dos resultados foi feita, conforme referido anteriormente, o método de análise de conteúdo. Inicialmente uma análise flutuante e, se seguida, exploração do material das entrevistas. Será pretendido identificar categorias existentes no discurso das participantes, estabelecendo paralelismos com aspetos teóricos.

A primeira categoria a ser trabalhada será “o percurso escolar” onde é analisado os gostos das entrevistas a nível escolar, bem como a sua saída da escola.

De seguida será trabalhada a categoria “Transição entre escola trabalho” onde é salientado o primeiro contato com o mundo laboral e as experiências adjacentes a esse acontecimento.

Posteriormente será refletido o acontecimento a que designamos “transição entre trabalho e desemprego” onde é referenciado o motivo do desemprego bem como todas as estratégias adotadas para a referida transição e para a sua vivência.

Na categoria “o mundo laboral e o desemprego” é pretendido que seja feita uma análise relativamente ao momento em que encararam a situação de desemprego. Já na situação de desempregadas pretende-se fazer uma incursão sobre a sua ocupação do tempo bem como as suas vivências nesse período.

Se seguida, através da categoria “Casa” é pretendido que seja referenciada a relação que as entrevistadas têm com a sua habitação, bem como a importância que esta tem nas suas vidas.

Por fim a categoria “O mundo laboral e o futuro” pretende-se que seja realizada uma breve reflexão relativamente a situação que as entrevistadas vivem e as suas perspetivas para o futuro relativamente ao contexto laboral.

## ***1. Percurso Escolar***

Relativamente aos tempos de escola da sua infância a maior parte das entrevistadas referem-no com grande alegria e sentimentos de nostalgia referido o seu gosto do tempo lá passado, fosse pelo convívio e período de brincadeira com os seus pares fosse pelas matérias que lá aprenderam sendo referido que “*lá aprendi muita coisa, a quarta classe era muito diferente das minhas filhas (...) tínhamos que saber os rios, caminhos-de-ferro, rios e seus afluentes tanto de Portugal como das colónias. Na matemática não podíamos contar pelos dedos e a tabuada era de cor e não havia, como agora calculadora, era tudo de cabeça*” (E 6). É ainda referenciado que, apesar de existirem alunos e alunas na mesma escola, os sexos estavam separados.

Relativamente ao momento de saída da escola, a maior parte das entrevistadas, referem-no como um facto que era normalíssimo pois na época era a escolaridade obrigatória e como é referenciado pela entrevistada 1 “*naquela altura o meu pai tinha aquela ideia que as raparigas não eram para estudar e que tinham que aprender aquilo que as mulheres tinham que fazer*” isto é, ajudar a família fosse nos trabalhos no campo (tendo em conta que viviam em zonas rurais) ou em atividades de manutenção do lar “*eu era a mais velha de cinco filhos tive que ficar em casa a cuidar dos meus irmão, prepara-los e mandá-los para a escola e tratar da casa*” (entrevistada 6). Porém, além desta justificação para o abandono escolar, é também referido a questão da falta de capacidade económica para a continuação de estudos.

Apenas uma entrevistada, a que apresenta um maior percurso escolar, deixou de estudar por escolha própria, para casar, porem todo o percurso foi feito apenas por vontade dos pais pois “*eu não gostava de estudar... só estudava porque os meus pais queriam mas depois chateie-me no 8ºano e parei e casei-me(...) só voltei a estudar aos 26 anos porque quando ia a entrevistas diziam que eu não tinha habilitações e aí, já mais madura, gostava*” (E 7).

## 2. *Transições entre escola e trabalho*

A adaptação às novas responsabilidades após a saída da escola era considerada com fácil pois era aquilo que era espectável naquela altura para as jovens raparigas e mesmo estas viam como algo incontornável o seu destino como cuidadoras de outrem ou trabalhadoras nos campos agrícolas e “ *as meninas tinham que aprender também as coisas de meninas: aprender à costura, bordar*” (E 6). Muitas das vezes o período que referem com mais prazer é os períodos de descanso e em que poderiam conviver “*uma das tarefas que fazia com mais gosto era ir lavar a roupa ao tanque com as minhas amigas... Cada uma levava a sua e assim podíamos conversar.... Também gostava de ir à erva para os coelhos... Juntávamos sempre um grupo de cinco ou seis e íamos todas juntas e assim cantávamos e falávamos*” (E 6).

As entrevistadas não encaravam este tipo de tarefas com trabalho pois pertenciam “ às obrigações” da mulher e os “ os pais da altura não pensavam muito em por os filhos a trabalhar e principalmente as raparigas (...) *as mentes daquela época, ainda por cima em zonas rurais, travavam muito as capacidades e a abertura ao mundo do trabalho*” (E 4). Porém, por vezes, trabalhavam por conta de outrem, embora a desempenhar tarefas relacionadas com o domínio laboral, a remuneração era entregue aos pais para ajuda de despensas e apenas que era dado uma pequena quantia mas que só seria gasta com a autorização dos pais. O desempenho de uma atividade laboral é vista pelas entrevistadas como um momento de orgulho pois consideram-se pessoas adultas pois “ já trabalhavam e recebiam um ordenado”.

Através das entrevistas verifica-se que não houve uma grande variação das ocupações laborais das entrevistas, sendo sempre no âmbito das tarefas que desempenhavam na esfera privada e que aprenderam com as mulheres das suas famílias. As tarefas que desempenhadas eram exclusivas do sexo feminino e mesmo que mesmo que num local houvesse a possibilidade de haver tarefas a serem desempenhadas por indivíduos do sexo masculino ambos andariam juntos “ *no campo, quando havia trabalhos para homens este era desempenhado por homens quando era trabalho para mulheres eramos nós que fazíamos.... Por exemplo eles cavavam a terra e nós*

*semeávamos, sempre juntos*” (E 2). A aprendizagem era feita em contexto de trabalho “*ver os outros a fazer e eles também explicávamos e nós aprendíamos assim*” (E 1).

Um período referido como menos intenso de atividade no mercado laboral é os nascimentos de filhos e a infância dos mesmos, onde o papel de mãe dona de casa volta a ocupar um lugar de relevo e de grande importância na vida da mulher e a faz retornar à da esfera privada por livre vontade, tendo em conta as necessidades dos seus descendentes.

### ***3. As transições entre trabalho e desemprego***

Sendo o primeiro período de desemprego da maioria das entrevistadas o momento do nascimento dos filhos e o período seguinte pois como é referido “*era o que aconteceu, o que era esperado de nós*” (E 3) ou “*por optar por eles (pais)*” (E 7) e, assim era encarada com muita naturalidade. As entrevistadas que se encontravam a trabalhar por conta de outrem passavam por esta situação por situações variadas nomeadamente, por escolha própria para cuidar da família após casamento ou por quererem outro emprego pois não se adaptarem naquele específico emprego, que acontecia mais quando as entrevistadas já se encontrassem a trabalhar num meio com mais com mais possibilidades, como, por exemplo em Coimbra. Neste último caso o período de desemprego era muito pequeno pois naquela altura específica havia muito emprego o que permitia que encontrassem, rapidamente outro “*quando estava num sítio a trabalhar que não me sentia bem começava logo a procurar outro sítio e assim estava em casa um ou dois dias pois o dinheiro do ordenado fazia falta*” (E 6).

As rotinas das entrevistadas que ficassem em casa mais tempo voltava, nessa altura específica, a girar em torno das tarefas domésticas e cuidar da descendência retornando assim ao exclusivo da esfera do domínio privado. E consideravam ter o dia bastante ocupado pois “*numa casa há sempre que fazer*” (E 3) e assim podiam acompanhar melhor o crescimento dos filhos pois na altura não havia infraestruturas para bebés e crianças muito jovens e assim os cuidados estariam a cargo da família, mais concretamente das mulheres da família pois é visível no discurso de algumas

entrevistadas, ao referindo à profissão das mães, ainda de forma leve, de um traço cultural que define o lugar da mulher na família pois não podemos esquecer que tradicionalmente era esperado que toda a mulher que cassasse tivesse filhos e todas as nossas entrevistadas seguiram o rumo que socialmente era esperado.

Deste modo é referido que a experiência da maternidade foi o momento mais marcante da vida das entrevistadas, porém não identificam experiências marcantes provenientes desse período. Como não foi referido as mudanças económicas relacionadas com o nascimento de filhos poderá ser considerado que não era feita a ponderação económica, visível em outros grupos, na decisão de ter filhos.

Apesar de se sentirem feliz por estarem a cuidar dos filhos as entrevistadas nesta situação demonstram alguma tristeza pois consideram que apenas o homem contribuía para o sustento da casa e o seu trabalho é desvalorizado. Por outro lado é referido as importâncias que davam à questão da disponibilidade financeira, *“de terem dinheiro para as coisas e não terem que estar sempre a pedir...Quando estava empregada quando tinha o meu próprio dinheiro quando via alguma coisa que queria e precisava comprava e pronto... Na altura que estava em casa tinha que dizer sempre para que queria o dinheiro!”* (E 3).

Na maioria dos casos as entrevistadas encontravam-se coletadas como trabalhadoras independentes (empregadas domésticas ou trabalhadoras agrícolas) preferiam *“trabalhar ao dia, para pagar a segurança social, e tratar do quintal e ter galinhas, coelhos para ajudar a pagar as contas”* (E 1).

As entrevistadas que trabalhavam por contra de outrem tiveram direito ao referido subsídio pois já tinham o prazo de garantia para a atribuição deste *“quando em tinha 50 anos foi a primeira vez que pedi o subsídio de desemprego pois antes saltitava de trabalho para trabalho, havia muito emprego, mas nessa altura não tive hipótese e não podemos esquecer que antigamente também não existia”* (E 6).

Todas as entrevistadas assumem que mediante a idade vai avançando maiores se tornam os períodos em que se encontram desempregas pois *“já não tenho a genica dos vinte anos nem a força”* (E 3) de igual modo todas as entrevistadas não consideram que o facto de ser mulher tenha levado ao seu desemprego nem à sua permanência no mesmo mais sim *“a situação em que se encontra o país.... São os mais novos, os mais velhos, os que têm estudos. É uma desgraça”* (E 6).

Todas as entrevistadas que, ao ficarem no desemprego, tiveram que requerer o subsídio referiram a ajuda do Instituto de Emprego e Formação Profissional “ *foi com a ajuda deles que tratei de toda a papelada*” (E 1), já posteriormente existe uma consciencialização que essa organização poderá apoiar na questão caso exista uma oferta na zona residencial compatível com a sua formação, bem como no exercício de trabalho socialmente necessário. Apenas uma entrevistada referir os incentivos dados por o mesmo instituto para a criação do próprio emprego que a levou a abrir Por outro lado a família representa um forte pilar para estas mulheres “ se eu não tivesse o meu marido a minha mãe se calhar teria que ir mais à luta mas eles dizem para eu não me preocupar... Se não gastamos 10 gastamos 5” (E 7).

Cada vez que ficam desempregadas as entrevistadas referem que a sua vida volta a ser a ocupação de lides domésticas e outros fazeres que tradicionalmente eram atribuídos à mulher “ *eu cuido da minha casa, dos meus animais e sempre que aparece faço uns trabalhos no campo. Quando está a chover faço renda e trabalhos em costura*” (E1) Assim foi possível aferir que de um modo, um pouco inconsciente, as mulheres entrevistadas aceitam o retorno à esfera do privado sem questionar, por ser o que é esperada pela sociedade que as rodeia.

Todas as entrevistadas, sem exceção, consideram-se integradas nas zonas em que residem pois “ *isto a0qui ainda é um pouco antiquado*” (E1), porém é referido por uma entrevistada questiona se esta situação poderia ser diferente se fosse noutra lugar “ *aqui é normal a mulher ocupar o papel de dona de casa e ninguém estranha mas nas grandes cidades já não sei.... Lá é normal que a mulher trabalhar dentro e fora de casa estar apenas em casa já não....*”(E 3).

Apesar de não terem os seus filhos a viverem consigo, isto é a serem financeiramente independentes, verifica-se que nos discursos de todas entrevistadas que a família continua a ocupar o lugar central “ *a minha família é tudo*” (E 3) e assim nenhuma entrevistadas considera que o desemprego influenciou a forma como viam as principais prioridades pois o trabalho nunca foi prioridade.

#### ***4. O mundo laboral e o presente: as suas implicações***

No que concerne aos sentimentos relativamente a sua situação de desemprego quatro das entrevistadas desvaloriza a situação pois consideram que têm os dias muito preenchidos. As duas entrevistadas que demonstram sentimentos de tristeza e de preocupação que se prendem com questões financeiras “ *eu preciso do dinheiro para pagar as despesas e para ajudar os meus filhos se me saísse o Euro milhões deixava logo de trabalhar e cuidava melhor do meu jardim e passeava*” (E 3).

Novamente verifica-se que maior parte das entrevistadas atribuem importância ao facto de terem emprego por motivos económicos, como modo que permite adquirir bens. Apenas uma entrevistada considera que o emprego importante, não só por questões financeira mas também para se sentir bem, útil considerando que também faz parte da sua identidade “ *eu sou mulher, mãe, filha, avó mas também sou cozinheira e é parte importante de mim, faz parte de mim e não me vejo a ser apenas dona de casa*” (E 6).

Grande parte das entrevistadas desabafa que desistiu de procura por emprego, apesar de apresentar diferentes razões. Enquanto por um lado referem discriminação pela sua idade “ *sempre que vou entregar o curriculum torcem logo o nariz por causa da minha idade e há aqui uma empresa que está sempre a contratar mas os que tiverem mais idade ou filhos pequenos são logo posto de lado... é uma tristeza! E eu não tenho meio de transporte para sair daqui, ir para Coimbra... Não há transportes públicos que permitam, opor exemplo, trabalhar por turnos até mais tarde*” (E 3) outras consideram que não valer a pena pois devido à natureza do trabalho que executam não conseguem oportunidades fora da zona em que residem “ *eu não ando à procura!!! As pessoas conhecem-me e quando precisam que eu faça algum trabalho falam comigo e muitas vezes também sou indicada por pessoas que me conhecem e também não posso ir para muito longe pois não tenho carta*” (E 3).

Relativamente de uma busca ativa por um novo emprego apenas as entrevistadas que se encontram a receber algum subsídio de desemprego dizem faze-lo pois “*como recebo o subsídio somos obrigados a duas procuras de emprego e eu vou a fábricas ou a restaurantes (...) faço o que é obrigatório*” (E 1) e “*Sempre que vou ao café passo os olhos classificados dos jornais e uma vez por semana peço à minha filha para ver*

na internet pois agora aparece muita coisa aí e eu não tenho em casa (E 6) porém referem sempre que fazer o número mínimo exigido pelo centro de emprego, não demonstrando uma procura proactiva sendo esta justificada “ *a nossa idade é um grande problema nós já não somos novas, eu ainda vou tendo sorte pois para cozinheira não implicam muito... não tenho formação na área mas tenho mais de 30 anos de experiencia*” (E 6). Outro problema que é referido é a questão que se prende com a mobilidade. Por fim é referido a falta de formação “ *Já desisti! Já mandei e entreguei tanto curriculum que já perdi conta... Ninguém está interessado numa mulher com a minha idade e sem formação em determinadas áreas. O que sei já está ultrapassado*” (E 3).

Para as entrevistadas ter um emprego faz parte da identidade das pessoas, sendo que a sua atividade profissional as caracteriza “ *fora daqui do meio, quando me perguntam o que faço e eu digo que estou em casa desempregada ficam a olhar de lado*” (E 3). Sendo assim todas as entrevistadas afirmam que o facto de ter emprego é muito importante apesar de indicarem diferentes motivos “ *para mim é importante ter alguém com quem falar com alguém, ter horários porque senão ficamos estupidas*” (E 1) e também por realização própria “ *o primeiro ano em que estive desempregada andei bem tinha coisas para fazer mas depois comecei a entrar em paranoia*” (E 7).

## 5. A casa

Quando é abordado a temática da habitação denota-se uma felicidade generalizada nas entrevistadas pois como é referido “ *em casa quer casa*” (E 7). Apesar das entrevistadas apresentarem as suas casas com diferentes tipologias todas referem-se a elas como “ *a minha casa é muito simples mas muito boa e é minha*” (E 6). Maior parte das entrevistadas referem terem construído a sua habitação com o marido no início da vida de casal “ *não tínhamos muito dinheiro(...) íamos construindo conforme podíamos... Tudo que está feito foi feito com muito sacrifício e o resultado de toda a minha vida*” (E 4). Apesar de serem construídas no início da vida do casal todas as entrevistadas refere que a casa foi feita já a pensar nos filhos tendo sempre, no mínimo, três quartos. Porém nem todas as entrevistadas têm casa própria, notando-se alguma

tristeza no discurso quando esse facto é referido “ *eu vivo na mesma casa alugada há 17 anos.... É muito boa*” (E 5).

A casa também é referida como local onde se sentem em paz e seguras “ *quando quero estar em paz fecho-me na minha casinha, sento-me na minha sala e vejo televisão. Assim ninguém me chateia*” (E 2).

## **6. O mundo laboral e o futuro**

Relativamente as suas expectativas nos próximos 12 meses todas as entrevistadas perspetivam manter a vida tal qual como se encontrava no momento da entrevista, sem terem grandes objetivos futuros pois “ *já dei o meu melhor, já criei os meus filhos, ajudei-os quando necessitaram, já trabalhei... Agora o que me resta é aguardar pela reforma e ir fazendo o que faço no meu dia-a-dia.... Manter as minhas participações nas várias atividades*” (E 4). Por outro lado é verificado que embora não realizem estratégias persistentes na busca de emprego a maioria das entrevistadas referem que gostaria de voltar ao mercado de trabalho o que poderá parecer um contra senso visto a sua falta de proatividade na busca de um emprego porém a maioria das entrevistadas demonstram um sentimento de desilusão que leva à desistência apesar de existir uma consciencialização que é importante ter um trabalho *porém sei que devido à minha idade sei que devia arranjar emprego pois quanto mais para a frente pior*” (E 1).

Contrariamente a entrevistada 6 que apresenta resiliência, buscando trabalhos temporários na sua área laboral, que embora de curta duração a fazem sentir útil “ *vou fazendo estes trabalhitos, não são os ideais mas são o que há, até puder e depois gozo o subsídio de desemprego até à reforma pois com mais idade torna-se mais difícil*” (E 6). Assim é possível aferir que existe uma forte consciencialização, por parte das entrevistadas que o fator idade é influenciador relativamente à facilidade de arranjar emprego bem como a questão de discriminação de género no trabalho “ *Há trabalho para mulheres e trabalhos para homens, infelizmente*” (E 7).

Em que concerne as suas preferências, caso pudessem escolher uma atividade profissional a maioria faz referência a atividades que já tenham desempenhado nomeadamente trabalhos relacionados, nomeadamente limpeza e cozinha. Estas escolhas apenas permitem corroborar que uma identidade destas mulheres, é muito centrada pela maternidade e vida doméstica pois, fora de casa estas escolheriam desempenhar tarefas que se encontram relacionadas com as que realizam em casa pois “*é aquilo que sei fazer, o que me ensinaram a fazer....*” (E 5).

## Discussão dos resultados

Neste capítulo, após uma análise de conteúdo das entrevistas realizadas, será feita uma análise mais aprofundada de alguns resultados desta investigação.

Assim, tendo presente a revisão bibliográfica e com base nos dados recolhidos, através das entrevistas realizadas procurou-se refletir sobre o modo como as entrevistadas vivenciam e ultrapassam situações resultantes de períodos de transição ao longo da sua vida.

Um primeiro marco que carece de uma reflexão mais aprofundada é o momento e motivação para o abandono escolar. Segundo Giddens (1997) “*as mulheres tendem a estar confinadas a um domínio privado – o mundo doméstico da família, dos filhos e da casa* (Giddens, 1997, p.283) e Amâncio refere que a “*inferioridade sexual e intelectual da mulher, do seu papel natural na reprodução da espécie e no cuidado dos filhos decorre naturalmente uma definição de função e de papel (...) a mulher é essencialmente esposa e mãe*” (Amâncio, 1998, p. 388). Deste modo e olhando para toda a revisão bibliográfica verifica-se a concordância com a análise de conteúdo pois é referido a obrigatoriedade do ensino básico da altura bem como as conceções sociais e culturais da altura que atribuíam à mulher um papel de dona de casa e o que era relevante era a aprendizagem de atividades que fossem primordiais a um bom desempenho destas, que apenas seriam desempenhadas na esfera privada de uma sociedade tradicional, sendo desvalorizada qualquer aprendizagem escolar pois a futura mulher não iria utilizar, e até ter capacidade de aprender, tais conhecimentos. Embora de um modo mais sublime é referenciado em entrevista a falta de poder económico para manter os filhos a estudar.

Antes de 1960 Portugal era caracterizado como um país onde a taxa de analfabetismo era alta<sup>14</sup>, a escolaridade era pouco valorizada e para a esmagadora maioria da população as aprendizagens eram fruto da experiência e da transmissão de

---

<sup>14</sup> Segundo dados disponibilizados pelo I.N.E em 1960 a taxa de analfabetismo no sexo masculino era de 26,6% e no sexo feminino 39,0% (dados disponíveis em <http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> acedido a 16/11/2014)

saberes de outros. Verificava-se uma grande abandono escolar seria explicada pelas ” *práticas de socialização parental*” (Almeida, 2005, p.586). Apesar de este abandono da escola estar presente em ambos os géneros era acionado de diferentes maneiras pois se no caso das raparigas estas “*seriam então socializadas para as suas funções maternas, conjugais e domésticas*” (Almeida, 2005, p. 586) já no caso dos rapazes verificava-se “*a pressão para o trabalho e a necessidade instrumental de ganhar a vida em certas famílias explicariam a razão pela qual os rapazes estão sobrerrepresentados no abandono escolar precoce*” (Almeida, 2005, p.587).

Havendo uma perceção clara que Portugal era, e ainda é, uma sociedade tradicional e conservadora verifica-se de novo, que há uma coerência entre a teórica e a prática no que se refere ao que era esperado da mulher, enquanto agente social e cultural da esfera privada, o que fez que fossem gerados inúmeros estereótipos, barreiras difíceis de ultrapassar, nomeadamente nas áreas de atividade profissional “disponível” para o sexo feminino, que era quase exclusivamente prolongamentos das suas atividades de mãe ou cuidadora, pois as mulheres e os homens ainda têm tendência para ter profissões diferentes. As mulheres trabalham frequentemente em sectores onde os salários são, em média, inferiores aos dos sectores dominados por homens

As aptidões e competências das mulheres são subvalorizadas, especialmente nas atividades profissionais onde predominam as mulheres. De um modo geral a mulher é vista como detentora de toda a responsabilidade referente à criação da descendência o que muitas vezes dificultava a sua aceitação no mercado de trabalho pois como é referido na bibliografia as oportunidades das mulheres em termos de progressão na carreira e obtenção de salários mais elevados no local de trabalho são afetadas pelas suas responsabilidades familiares

Um aspeto que não deixa de ser curioso é que na maioria das entrevistadas é referido que não se sentem discriminadas por serem mulheres. Porém, no decorrer das entrevistas onde essa perceção das entrevistadas é referida contrapõe-se com o sentimento de resignação relativo ao do que é pretendido da mulher pela sociedade em que se encontram inseridas e assim poderá ser aferir algumas ilações relativamente a

uma possível tendenciosidade sobre esta questão pois não poderemos negligenciar todo o processo de socialização que foram alvo, e todos os constrangimentos sociais, culturais, económicos e até geográficos que estas sofreram, pois que as oportunidades para as mulheres são iguais em todo o país, situação que é salientada em entrevistas relativamente à falta de transportes públicos que impossibilita a deslocação para um centro urbano, onde, hipoteticamente, haveria mais oportunidades laborais bem como a impossibilidade de dar um maior apoio aos filhos se estivessem longe.

Outra sazão em que se encontra discordância entre a bibliografia e a análise qualitativa realizada é referente à possibilidade de existir desigualdade de género relativamente à remuneração. Enquanto nenhuma das entrevistadas considera haver discriminação relativamente à remuneração Ferreira afirma que “*nos locais de trabalho com maior concentração de mulheres, os salários destas tendiam a ser mais baixos*” (Ferreira, 2010, p. 171). Na sequência da mesma questão para trabalhadoras que são mães verifica-se que as disparidades salariais entre mulheres e homens aumentam quando as mulheres têm filhos pois como é referido por Ferreira “*com efeito, as trabalhadoras que foram mães antes dos 25 anos e tem 1, 2 ou 3 ou mais filhos/as, são penalizadas, respectivamente, em 10%, 12% e 15% do salario, relativamente as mulheres não mães*” (Ferreira, 2010, p.165), não sendo esta condição mencionada por nenhuma entrevistada.

Segundo Almeida “*A identidade da mulher adulta constrói-se assim na relação familiar com os outros — o marido, os filhos — e nesse território privado que é a casa*” (Almeida, 1986, p. 499). Assim, e de acordo com esta perspetiva, as entrevistadas não sentem que a sua identidade, seja posta em causa pois, embora se encontrem desempregadas, não demonstram qualquer fragilidade nas suas relações, principalmente a com os seus filhos, e conseqüentemente com a maternidade, e consideram a sua casa como a representação simbólica de sucesso na sociedade em que se encontram inseridas e o seu porto seguro.

Aos longo das entrevistas grande parte das mulheres identificaram-se com o que é denominada por Gaudié (1998) de desencorajadas pois “*desistiram de “procurar ativamente”, sem esperanças de encontrar um emprego decente, e que,*

*consequentemente, recorrem a outros meios de subsistência “ (Gautié, 1998, p. 78) e assim deambulam entre a condição de desempregada e inativa pois se verifica uma maior fluidez de fronteiras entre “inatividade” e “desemprego” pois não realiza uma das premissas obrigatória: a procura ativa de trabalho que bem como a subjetividade de “disponível para trabalhar” (Banco de Portugal 2010). Por outro lado o que se verifica igualmente é que “à medida que as possibilidades de reinserção no mercado de trabalho diminuem (...) aumenta o número daqueles que, perante uma situação de desemprego, acabam por abandonar o mercado e passar a uma situação de inatividade” (Araújo, 2006, p. 17 )*

Este trabalho empírico espelha a pluralidade da situação de desemprego apresentada por Dominique Schnapper (1994). As entrevistadas são influenciadas por inúmeras variáveis e intermediadas pelas dimensões que as colocam nas tipologias defendidas pela investigadora. Enquanto, por um lado, uma das entrevistadas demonstra uma preocupação em manter o estatuto ativo fazendo uma real procura ativa através de vários canais. Outras entrevistadas demonstram estar num desemprego invertido pois substituem um emprego por adoção de ocupações que dão prazer individual e realização pessoal, sejam elas de cariz social ou de cariz cultural. Entre as entrevistadas não se encontra casos de desemprego total pois verifica-se que as dimensões integração familiar e integração na sociedade funciona como âncoras que não deixam as mulheres em causa afundarem-se num desemprego total que é num poço de sentimentos que caracterizado por *“infelicidade, “desvalorização, faltoso”, “choque, depressão nervosa”, “sempre com medo de ser confundido com um malandro”, “eu sofro muito”* (Schnapper, 1994, p. 101-152 in Demazière, 2008, p.136).\_Porém, embora muito sublimemente, no discurso das entrevistadas poderá aferir a mudança, a um determinado momento, de tipologia de desemprego.

## Conclusão

A presença da mulher na sociedade tem sido diferenciada ao longo dos tempos. Inicialmente, como “algo” transparente, apenas se cingia à esfera privada limitando-se a ser cuidadora e não participar ativamente na esfera pública. Posteriormente, apesar da sua importância da sociedade em momentos-chaves da sociedade, verificou-se que ela voltaria para a esfera privada, sendo esta decisão de livre e espontânea vontade ou, de certo modo, coagida pela sociedade e os seus normativos.

A atividade profissional e a vida familiar são as componentes centrais na vida, Super (1990) refere que a satisfação no trabalho e a satisfação na vida, é tanto maior quanto ela permitir que o indivíduo aplique as suas capacidades, realize as suas necessidades, os seus valores, os seus interesses, os seus traços de personalidade e os seus conceitos de si. No entanto para as mulheres com as características da investigação, a vida familiar é a componente central da vida onde, juntamente com os filhos, a casa torna-se um dos pilares fundamentais na sua identidade, não sendo esta posta em causa por ausência de uma atividade profissional devido a considerarem a sua vida bem preenchida, sem lacunas.

As mulheres portuguesas encontram-se inseridas no mercado de trabalho, sendo possível verificar uma forte centralização da mão-de-obra feminina num conjunto restrito de atividades e profissões que frequentemente se encontram relacionadas com atividades que podem ser consideradas uma extensão profissionalizada das tarefas tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres no contexto da esfera privada, devido muitas das vezes aos estereótipos da mulher numa sociedade conservadora e tradicional.

Por outro lado pode-se aferir que as mulheres são consideradas o elo mais fraco no mercado de trabalho, sofrendo bastante com a situação de desemprego, muitas das vezes "desaparecem" das estatísticas, porque "desistem de procurar trabalho" e passam para o "lado informal" e conseguem algum rendimento, a desempenhar tarefas como

cozinhar em casa para vender, fazer limpezas, cuidar de crianças ou de idosos, sem constarem nas listas de desempregados nem surgirem como trabalhadores ativos e contribuintes.

É pretendido que, no final, esta investigação possa contribuir de alguma forma para a desconstrução do simbólico da mulher em diferentes contextos, nomeadamente à sua presença no mercado de trabalho. De igual modo torna-se imperativo a consciencialização, quer por parte da sociedade, instituições, bem como da própria mulher, a missiva que o papel do sexo feminino não se pode resumir apenas as funções desempenhadas na esfera privada. Deste modo torna-se fundamental o incentivo ao *empowerment* da mulher que trará uma nova conceção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas. O *empowerment* encontra-se relacionado ao aumento da autoestima e autonomia devendo assim ser integrado a um processo comunitário de cooperação e solidariedade. É fundamental ter em conta que devem ser apreendidas dentro de um contexto social que possibilite à mulher o acesso a temas e discussões referentes às lutas e conquistas sociais femininas (meios de comunicação de massa, propagandas, trocas de experiências pessoais entre conhecidas), fortalecendo, assim, a imagem da "nova mulher". Por essa razão, podemos compreender que as atitudes reativas das mulheres são expressão de um processo de *empowerment*. É considerado processo pois que reflete a busca por serem reconhecidas como mulheres com direito a serem ouvidas e respeitadas em suas escolhas.

Porém é necessário refletir sobre o facto do *empowerment* feminino não deverem ser projetos direcionados somente para mulheres pois as questões de género devem ser tratadas de forma multidisciplinar e integradas na sociedade em que estão inseridas, assim a integração do masculino e de vários outros fatores de cariz económico, produtivo e cultural, entre outros, são imprescindíveis para uma correta equidade de género.

Tendo a perceção que todo este trabalho será delicado, pois será necessário alterar muitas das conceções relativamente à mulher existente numa sociedade

tradicional e conservadora como a nossa, é necessário apostar numa educação que terá como objetivo criar e/ou desenvolver uma proposta educativa para este público específico que, ainda dentro desta sociedade capitalista, possa através da formação e articulando a escolarização, o conhecimento técnico e as políticas públicas, visar as condições necessárias para a reprodução material da vida, objetivando nesta proposta uma ordem diferente, o que faz urgente e necessário tomar medidas que valorizem o trabalho das mulheres e dos homens de forma igualitária, combater a segregação no mercado de trabalho, lutar contra os estereótipos, pois estes moldam os papéis das mulheres e dos homens na sociedade, desde muito cedo, como por exemplo os diferentes brinquedos e outros materiais dados às crianças de diferentes sexos, pois apesar de refletirem preferências pessoais, as tradições e os estereótipos podem influenciar, por exemplo, a escolha de percursos educativos e de padrões de emprego.

De igual modo deverá ser promovida a conciliação da vida familiar e profissional e por fim, mas não menos importante, é fundamental a promoção de uma cultura de igualdade no local de trabalho.

Como em todas as investigações temos que ter a noção que existe limitações a vários níveis. Uma das fragilidades da investigação qualitativa refere-se à questão da objetividade, pois neste paradigma há uma forte componente de observações que, inevitavelmente, irão traduzir as atitudes e convicções do(s) observador(es) e estas poderão ser fortemente influenciadas ou distorcidas pelas suas convicções ou até pelos seus interesses. A objetividade da investigação poderá, ainda, ser fragilizada pela pouca experiência, da falta de conhecimentos ou da falta de sensibilidade do principal “agente” na recolha de dados – o (a) investigador(a).

Assim poderia ser visto como uma mais-valia a conciliação do paradigma qualitativo com o paradigma quantitativo pois estes dois paradigmas não são incompatíveis nem permutáveis e iriam permitir uma triangulação metodológica, processo complexo que colocaria cada método em confronto com outro para a maximização da sua validade (interna e externa) e teria como referência o mesmo problema de investigação. Neste sentido, o principal objetivo da integração de métodos seria a afluência de resultados de investigação, resultados que seriam válidos se

conduzissem às mesmas conclusões. Opostamente, os dados contraditórios entre si eram interpretados como sinal de invalidade/refutação de um ou de ambos os métodos usados ou resultados alcançados. Porém a grande mais-valia desta triangulação seria, sem dúvida, a possibilidade de produzir um retrato do fenómeno em estudo que seja mais completo do que o alcançado por um único método.

Tendo em conta que as entrevistas foram realizadas num meio suburbano (Vila Nova de Poiares) seria relevante incluir, num futuro estudo, mais entrevistadas com diferentes localizações geográficas de modo a incluir mulheres fossem de um meio urbano e assim analisar se o meio residencial, bem como um melhor acesso a determinados recursos, influencia o modo de como as mulheres vivenciam as transições vividas durante a sua vida, nomeadamente nos períodos de emprego/desemprego. De igual modo seria interessante, numa futura investigação, em que fossem envolvidas mulheres que apresentem uma fragilidade no que já chamamos de *pilares de identidade*, isto é, não tivessem a seu redor a rede familiar e/ou a não existência de uma residência, fosse ela própria ou arrendada.

A investigação apresentada destinou-se a compreender o modo como a mulher que se encontra desempregada, com meio idade e a residir num meio suburbano, vivencia as transições porque passa ao longo da vida, nomeadamente da situação de empregada para desempregada, e de que estratégias adotam para ultrapassar as situações.

Nos exatos termos conceptuais, podemos encarar que o emprego e o desemprego são resultados de uma construção social, que se encontram bem definidas nas suas fronteiras e que ocorrem dentro de premissas que abrangem a permeabilidade e a transformação das normas sociais e culturais inerentes à trajetória da vida e que não pode ser apenas entendido como a perda de certos direitos do âmbito jurídico mas acima, de tudo, pela “desinserção” social do indivíduo.

O desemprego é um acontecimento complexo, como são complexas as vivências do desemprego e as lógicas de ação desenvolvidas pelos indivíduos para lidar com o desemprego. Mas não existe apenas um tipo de desemprego mas sim, como refere Schnapper, uma pluralidade de tipologias de desempregos que demonstram,

influenciada por variáveis e dimensões, o modo como o desempregado encara a situação em que se encontra.

Os motivos que levaram à escolha deste tema de investigação, prenderam-se com razões de natureza pessoal e científica que nem sempre são objetivamente indissociáveis. Por um lado, o interesse pessoal na temática do género e em conhecer as vivências e suas conceções de uma população específica e, por outro lado, contribuir com mais conhecimentos para este campo conceptual.

Devido às características das envolvidas na investigação optou-se pelo paradigma qualitativo e com recurso a entrevista semiestruturadas pois considerou-se que seria aquele com o qual melhor se adaptava ao estudo e, simultaneamente com o qual nos sentíamos mais confiantes a trabalhar.

Considerou-se não existir, em Portugal, estudos suficientes sobre este tema tão atual e discutido na sociedade, é apresentado um projeto de investigação que visa uma maior compreensão deste fenómeno.

Em suma, com esta investigação, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão do significado e das experiências de transição de mulheres de meia-idade da situação emprego-desemprego. A análise dos resultados obtidos neste estudo mostrou que as mulheres de meia-idade desempregadas encontram-se, muitas das vezes limitadas por representações simbólicas do género que as limitam ao desempenho de determinadas funções. Por outro lado a variável idade também desempenha um importante papel nesta temática. Por outro lado afere-se que as dimensões integração social e integração familiar são determinante para o modo de como se vivência a situação de desemprego.

## Referências Bibliográficas

- Allport, G. W. (1966). *Personalidade*. São Paulo: Editora Herder.
- Almeida, A. (1986), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”. *Análise Social*, vol. XXII, n.º 92-93, pp. 493-520
- \_\_\_\_\_ (2005). O que as famílias fazem à escola... pistas para um debate. *Análise Social*, (176), 579-593. Acedido a 15/11/2014, disponível [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0003-25732005000400006&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732005000400006&lng=pt&tlng=pt)
- Amâncio, L. (1998). Sexismo e racismo- dois exemplos de exclusão do outro. In H. G. Araújo, P. M. Santos & P. C. Seixas (Coord.). *Nós e os Outros: a exclusão em Portugal e na Europa*. Porto: SPAE.
- \_\_\_\_\_. (2002). O género na psicologia social em Portugal: perspectivas actuais e desenvolvimentos futuros. *ExAequo*, APEM/Celta, 6, pp: 55-75.
- Araújo, P. (2006). *Desemprego de meia-idade e mediadores de compensação: O Estado social como último reduto*. CES: Oficina do CES.
- Ballarin, P., Birriel, M., Martinez, C., & Ortiz, T. (2005). As mulheres e a história da Europa. In R. d. Mulheres (Ed.), *As mulheres na União Europeia: história, trabalho e emprego* (pp. 11-72). Lisboa: Ela por Ela.
- Banco de Portugal. (2010). Boletim Económico|Verão de 2010. Lisboa: Banco de Portugal.
- Beauvoir, S. (1976). *Le Deuxième Sexe I*. Paris: Éditions Gallimard.
- Bertaux, D. (1978). *Destinos pessoais e estrutura de classe*. Lisboa: Moraes Editores.
- Bessa, A. (2002). *Elites e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Branco, R., & Gonçalves, C. (2001). Exclusão social e pobreza(s) em Portugal : uma primeira abordagem aos dados do painel dos agregados familiares da União Europeia, 1994-1997. *Conferência Internacional : o modelo latino de protecção social : reflexões sobre o estado de Providência em Portugal, Espanha e Brasil*. Lisboa.
- Brown, D. (2002). Introduction to theories of career development and choice. In D. Brown, & L. Brooks, (Eds.), *Career choice and development (4 th ed.)*, pp. 3-23. San Francisco: Jossey-Bass.

Cacouault, M., & Fournier, C. (1998). Le diplôme contribue-t-il à réduire les différences entre homes et femmes le marché du travail? *Égalité dès sexes em éducation et formation* , pp. 71-97.

Campeau, R., Sirois, M., Rheault, E., & Dufort, N. (1998). *Individu et société*. Montréal: Gaëtan Morin Éditeur.

Canço, D. S. (2007). *A Igualdade de Género em Portugal* (2º Edição ed.). Lisboa: Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Carvalho, J., Carvalho, M., & Santos, L. (1999). Novas bonecas feitas de velhos investigando medos, ansiedade e equitções das mulheres nas organizações. *Anais do ENANPAD* .

Castel, R., & Haroche, C. (2001). *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi. Entretiens sur la construction de l'Individu moderne*. Paris: Fayard.

Castells, M. (1999). *o poder da Identidade* (Vol. II). (K. B. Gerhardt, Trad.) São Paulo: Paz e Terra.

Centeno, M., & Fernandes, P. (2004). Heterogeneidade no Mercado de Trabalho: o que distingue desemprego e inatividade. *Boletim económico* , 10 (1) , 63 - 71. Lisboa: Banco de Portugal .

Chafetz, J. (1992). *Equidad y Género. Una teoria integrada de estabilidad y cambio*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Chafetz, J. (1984). *Sex and Advantage: A Comparative, Macro-Structural Theory of Sex Stratification*. Totowa, NJ: Rowman & Allanheld.

Crompton, R., & Harris, F. (1998). ,Explaining women's employment patterns: 'orientations to work' revisited. *The British Journal of Sociology*, 49(1) , 118-136.

Dale, A., Ward, C., & Joshi, H. (1993). *Income dependency within couples*. London: Social Statistics Research Unit, City University, Northampton Square.

Demazière, D. (2008). *Ser desempregado para os sociólogos*. Acedido em 01/06 /2014, desponive em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n13p109/8598>

Duarte, A. (1997). *Vivências do desemprego. Estratégias de reinserção profissional e reconstrução de identidades. O caso dos mineiros de Pejão*. Tese de dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade do Porto.

Esteves, A. (Abril de 1998). *Perspectivas Gerais*. (A. Esteves, & J. Azevedo, Edits.) *Metodologias qualitativas para as ciências sociais* , pp. 1-8.

Ferreira, V. (2010). *A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos: um percurso irregular*. In V. Ferreira, *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal*, (pp. 139-190). Lisboa: CITE.

Giddens, A. (2002). *Sociologia* (3ª edição ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Godoy, A. (1995). Pesquisa qualitativa – Tipos fundamentais. *Revista de administração de empresas*, 3, pp. 20-29.

Johnson, M. & Mortimer, J. (2002). Career choice and development in a Sociological Perspective. In D. Brown, & L. Brooks, (Eds.), *Career choice and development (4 th ed.)*, pp. 37-81. San Francisco: Jossey-Bass.

Gautié, J. (1998). Da invenção do desemprego à sua desconstrução. *Mana*, 4(2), 67-83. Acedido a 15/12/2014, disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000200003&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200003&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S0104-93131998000200003.

Gonçalves, S. (2005). O desenvolvimento da carreira em adultos pouco escolarizados. Tese de dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro.

Lakatos, E., & Marconi, M. (1985). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

Ledrut, R. (1961). Situation du chômage et analyse sociologique de situation. *Cahiers internationaux de sociologie*, n°1, pp. 43-65.

Lister, R. (1990). Women, Economic, Dependency and Citizenship. *Jornal of Social Policy*, 19(4), pp. 445-467.

Manzini, E. (2003). Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*, (pp. 11-25). Londrina.

Monteiro, R. (2010). Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo. In V. Ferreira (Ed.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal* (pp. 31-56). Lisboa: CITE.

Müller, U. (1998). The Micropolitics of Gender Differences in Family Life. In V. Ferreira, & T. S. Tavares, *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility, and Citizenship in Europe*. Oeiras: Celta.

Neves, J. (1996). Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em administração*, 3.

Perista, H., & Lopes, M. (2010). Trinta anos de educação, formação e trabalho: convergências e divergências nas trajetórias de mulheres e de homens

Políticas e Circunstâncias. In V. Ferreira, *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal*, (pp. 191-214). Lisboa: CITE.

Pignoni, M. (1992). Conditions de vie et perception subjective d'une expérience prolongée de chômage. In M. Aubry, P. Bouilaguet, & C. Guitton, *Le Chômage de longue durée: comprendre, agir, évaluer, actes du colloque*, (pp. 293 -300.). Paris: Syros/Alternatives.

Raiser, E. (1985). *Estereótipos sexuais em favelados*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília: Brasília.

Rapoport, R., & Rapoport, R. (1980). Men, Woman and equity. *Issues in Adult Developmente* , pp. 116-128.

\_\_\_\_\_. Balancing work, family and leisure: a triple helix model. In C. Brooklyn Derr (Ed.). *Work, family and the career: new frontiers in theory and research*. (p.318-328). Praeger Publishers: New York.

Rêgo, M. (2010). construção da igualdade de homens e mulheres no trabalho e no emprego na lei portuguesa. In V. Ferreira (Ed.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal* (pp. 57-92). Lisboa: CITE.

Rocha, M. C. (2007). Educação, Género e Poder: Uma Análise Política,. Braga, Universidade do Minho: Centro de Investigação.

Salem, T. (1980). ) *O velho e o novo. Um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes.

Santos, E. R.; Costa, A. A. & Loureiro, R. G. (1997). Desemprego: O Problema e Perspetivas de Intervenção num Contexto de Educação de Carreiras. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 13 (14),pp. (61-65)

Santos, G. (2010). Gestão, trabalho e relações sociais de género. In V. Ferreira, *A Igualdade de Mulheres e de Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal* (pp. 99-138). Lisboa: CITE.

Schlossberg, N., Goodman, J., & Anders, M. L. (2012). *Linking Schlossberg's Theory With Practice in a Diverse World (Fourth Edition)*. New York: Springer.

Silva, M. (2002). *A Igualdade de Género – Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM).

Stockard, J., & Johnson, M. (1992). *Sex and Gender in Society*. New Jersey: Prentice.

Summers, S. (2002). *A Summary and Critique of Nancy K. Schlossberg's Transition Theory*. University of Iowa: Iowa.

Torres, A. (2004). *Vida conjugal e trabalho: uma perspectiva sociológica*. Celta Editora: Oeiras.

Triviños, A. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

## **Anexos**

## Anexo I

### Declaração de consentimento informado

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da investigação que se  
tenciona realizar no âmbito de tese de mestrado na área de Formação e Educação de  
Adultos e Intervenção Comunitária, bem como do estudo em que serei incluída. Foi-me  
dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive  
resposta satisfatória. Tomei conhecimento da informação e explicação que me foi  
prestada relativamente aos objetivos, os métodos e, posteriormente, aos resultados.  
Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha  
participação na investigação, bem como o anonimato. Por isso, consinto que me seja  
realizada a entrevista proposta pela investigadora.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2012

Assinatura da entrevistada

\_\_\_\_\_

A entrevistadora:

Nome: Alexandra Lopes

Assinatura \_\_\_\_\_

## **Anexo II**

### **Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra**

Esta entrevista tem como objectivo recolher algumas informações gerais sobre si, e sobre a sua passagem de situação de empregada para desempregada, dados essenciais para a realização de uma investigação de mestrado. É neste âmbito que solicitamos a sua colaboração.

Os dados recolhidos através desta entrevista destinam-se, exclusivamente, à investigação em curso, pelo que garantimos o seu anonimato e confidencialidade.

Agradecemos-lhe, desde já, o tempo disponibilizado

### **Guião de Entrevista**

Local da Entrevista: \_\_\_\_\_

Data da Entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Hora de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora de fim: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Duração: \_\_\_\_\_

## Caracterização geral

É pretendido realizar uma caracterização demográfica da candidata através da recolha de dados relativos à idade, estado civil, nacionalidade, residência, habilitações literárias e número de filhos.

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Nacionalidade:** \_\_\_\_\_

**Residência actual:** \_\_\_\_\_

**Estado civil:**

- Solteira -----
- Casada ou união de facto -----
- Divorciada -----
- Outro : \_\_\_\_\_

**Número de filhos:** \_\_\_\_\_

**Habilitações Escolares/Académicas**

- Não sabe ler nem escrever -----
- Sabe ler e escrever mas não fez a 4º classe -----
- 1º CEB (4º ano) -----
- 2º CEB (6º ano) -----
- 3º CEB (9º ano) -----
- Secundário (12ºano) -----
- Outro  -----

## Os primeiros contatos com mundo do trabalho.

### I. Percurso escolar

- ✓ Como é que se sentia na escola? Que recordações tem desse tempo? Quais as razões que a levaram a deixar de estudar?

## **II. Passagem da escola para o mundo do trabalho**

- ✓ Como se sentiu na passagem da escola para o mundo de trabalho? Caracterize-a.  
Foi um processo simples ou difícil? Em que aspetos?
- ✓ Com que idade começou a trabalhar? A fazer o quê? Era remunerada?
- ✓ Qual foi a sua primeira profissão remunerada? Em que consistia? Gostava do que fazia?
- ✓ Considera que esteve o facto de ser mulher limitou a sua escolha quanto à profissão? Apresente as suas razões.
- ✓ Que outras profissões teve ao longo da sua vida? Durante quanto tempo? Gostava do que fazia? Teve formação adequada a cada profissão? Tinha colegas do sexo masculino nesses empregos?
- ✓ Que circunstâncias a levaram a passar pelos diferentes trabalhos, ou o que é que a impediu de continuar com os trabalhos que arranjou?

## **III. Passagem do mundo do trabalho para a situação de desemprego**

- ✓ Lembre-se na primeira vez que ficou desempregada...Como soube? Como reagiu? Que mudanças houve na sua vida nessa altura? Tinha filhos?
- ✓ Que implicações existiram na sua vida familiar pelo facto de estar desempregada, nomeadamente nos seus filhos?
- ✓ Considera que o facto de ser mulher influenciou um abandono não desejado, através da situação de desemprego, do mundo do trabalho?
- ✓ Esteve muito tempo desempregada?

- ✓ Acha que por ser mulher a levou à permanência no desemprego mais tempo?
- ✓ Como se sentia durante os períodos de desemprego? Como ultrapassava as dificuldades que apareciam no dia-a-dia?
- ✓ Teve direito a subsídio de desemprego?

#### **IV. Fale um pouco da sua rede social, familiar, comunitária e institucional**

- ✓ Quando soube da situação de desemprego, quais as fontes de apoio social a que recorreu (família, amigos, instituições)? O que é que disseram e fizeram para o ajudar?
- ✓ Pode dar-me alguns exemplos em como esse apoio se tem verificado?
- ✓ Recebe algum tipo de apoio económico? Qual a sua origem? Qual a importância desse apoio para o seu dia-a-dia?
- ✓ Fale um pouco do seu agregado familiar. Como é que este é constituído?
- ✓ A sua casa é própria ou arrendada? Pode caracteriza-la?
- ✓ Considera-se integrada na sociedade onde se encontra? Porquê?
- ✓ Como é que ocupa o seu tempo actualmente? Descreva-me um dia normal da sua vida.
- ✓ Para além do trabalho, que outros projectos/coisas é que são importantes para si? O que é que tem feito no sentido de os concretizar?
- ✓ Neste momento, como se sente relativamente à sua situação pessoal?
- ✓ Como é que o desemprego influenciou a forma como vê as principais prioridades, ou o que é importante na vida?

#### **V. O mundo laboral e o presente e as suas implicações**

- ✓ Neste momento, como se sente relativamente à sua situação de desemprego?
- ✓ O que tem sido para si estar desempregada?
- ✓ Mantêm uma busca ativa por um novo emprego? Como? Apresente alguns exemplos do que tem feito? Quais os principais obstáculos/barreiras que tem encontrado?
- ✓ Para além do trabalho que outros projetos são importantes para si? Refira a sua importância na sua vida.
- ✓ Para si, o que significa trabalhar / ter um trabalho?
- ✓ Considera importante ter uma ocupação profissional? Porquê?

## **VI. O mundo laboral e o futuro**

- ✓ Quais são as suas expectativas, ou as suas grandes metas em termos pessoais e profissionais, nos próximos 12 meses?
- ✓ O que está a fazer (que passos está a dar) para alcançar esses objetivos/metapessoais?
- ✓ Tem investido nessa área, através de formação, procura ativa de trabalho... Apresente exemplos concretos.
- ✓ Em que área é que gostaria de trabalhar? Porquê?

## **VII. Últimas Considerações:**

- ✓ Olhando para trás, e pensando em tudo o que aconteceu, o que considera os seus pontos mais altos e os seus pontos mais baixos durante este período?

- ✓ Existe mais alguma coisa que gostasse de acrescentar, de forma a ajudar-me a compreender quem é, como desempregado, bem como alguma área que não tenhamos discutido e que sentisse ser importante considerar?